

PERSPECTIVAS 2024

Porto Alegre | segunda-feira, 18 de dezembro de 2023
Caderno especial do Jornal do Comércio

JOHN DEERE/DIVULGAÇÃO/JC



Esperança de melhores condições climáticas e boa safra em 2024

Após sequência de estiagens que afetaram as últimas safras no Estado e, mais recentemente, cheias históricas e altas temperaturas, as expectativas recaem sobre o cultivo de grãos em solo gaúcho, que podem ter melhor rendimento na colheita, além de preços mais atrativos ao produtor de soja. Se as boas perspectivas se confirmarem, agronegócio deve impulsionar a atividade econômica e a alta do PIB no Rio Grande do Sul no próximo ano.

Mudanças econômicas, políticas e climáticas no foco de 2024

Novo ano chega com os holofotes voltados aos efeitos da reforma tributária, às eleições municipais e às expectativas da safra no RS

Muitas coisas mudam ao longo de um ano, mas a tradição de definir metas para o ciclo seguinte se mantém. E isso se reflete nos setores produtivos, empresas, entidades e poder público, que aproveitam essa época para pensar em planejamento e expectativas para o próximo ano.

É assim também com o **Jornal do Comércio**, que todos os anos publica, em dezembro, o caderno Perspectivas. Ouvimos dirigentes empresariais, gestores públicos, lideranças de entidades de classe e executivos em diferentes áreas para traçar um panorama do que será 2024.

Após um ano marcado por adversidades climáticas, temos para 2024 a expectativa de que, apesar dos efeitos do El Niño, que devem perdurar ao longo do primeiro semestre, o agronegócio gaúcho supere os desafios e atinja melhor rendimento na safra de culturas de grãos, especialmente a soja.

O agronegócio é o fiel da balança do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul. Depois de estiagens seguidas que causaram perdas nos últimos anos, a esperança é de uma safra melhor, o que deve impulsionar também os

diversos setores da economia gaúcha no próximo ano.

A indústria, outro pilar do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, vê ainda um cenário de incertezas para o próximo ano, mas segue avançando e se transformando com inovação e sustentabilidade. Na Serra, grandes fábricas avançam para a descarbonização.

O setor calçadista projeta crescimento, enquanto a construção civil avalia que o avanço do setor dependerá da conjuntura econômica do próximo ano no Brasil.

No varejo, a pressão imposta pelos juros e pela inadimplência deve continuar impactando o comércio gaúcho.

Em âmbito nacional, as atenções estarão direcionadas para a regulamentação da reforma tributária, recém-aprovada no Congresso Nacional.

No segundo semestre, entra também o fator político, com as eleições municipais e a renovação de prefeituras em mais de 5 mil municípios brasileiros. O especial Perspectivas 2024 traz o cenário da disputa em Porto Alegre.

Em entrevista exclusiva, o governador Eduardo Leite projeta investimentos em infraestrutura no Rio Grande do Sul, com o leilão de novos blocos de rodovias que serão cedidas à iniciativa privada. Trechos da conversa com Leite podem ser acessados em vídeo disponível no site e nas redes sociais do JC.

No segmento de geração

de energia, 2024 será de avanços no mercado livre, o que pode reduzir o valor pago pelo consumidor.

Também será ano de novos desdobramentos na área de inovação e da Inteligência Artificial (IA). A chamada IA Generativa, aquela capaz de criar conteúdo por conta própria, será “consciente”, indica a coluna Mercado Digital.

Em nível global, as atenções estarão voltadas para as eleições presidenciais nos Estados Unidos. Os norte-americanos, provavelmente, terão de escolher mais uma vez entre o republicano Donald Trump ou o atual presidente e candidato à reeleição, o democrata Joe Biden. E o resultado dessa disputa, com certeza, afetará o Brasil e o mundo.

Entretenimento e eventos culturais também não vão faltar em 2024. A Bienal do Mercosul voltará à colorir a cidade de Porto Alegre, que também receberá uma série de shows internacionais já agendados.

No Esporte, os planos da dupla Grenal para a próxima temporada, além de um resumo do que será o principal evento esportivo do próximo ano, os Jogos Olímpicos, que desta vez serão disputados na capital da França, Paris.

O resultado deste especial é um painel de temas fundamentais para quem quiser estar bem informado sobre os principais acontecimentos do próximo ano.

Uma boa leitura!

ÍNDICE

- 4 Entrevista especial com o governador Eduardo Leite
- 6 Rendimento da soja sustenta esperança do agro para 2024
- 8 Ocergs projeta menos dificuldade para as cooperativas do agro
- 10 Mercado livre de energia prevê crescimento em 2024
- 12 Recompôr time e tecnologia é desafio do Ceitec em 2024
- 14 Minuto Varejo e as tendências para o próximo ano
- 16 Ano para consolidar investimentos em expansão e sustentabilidade
- 17 Fiergs vê cenário de incertezas para a indústria em 2024
- 18 Indústria da Serra fortalece estratégias de descarbonização
- 19 Setor calçadista gaúcho projeta crescimento na produção
- 20 Regulamentação da reforma tributária ficará para 2024
- 22 Crescimento da construção civil passa pela conjuntura da economia
- 24 Coluna Pensar a Cidade e o debate do Plano Diretor da Capital
- 25 Porto Alegre começa a consolidar cenário eleitoral para 2024
- 26 Biden e Trump devem repetir disputa pela Casa Branca na eleição
- 27 Porto Alegre segue na rota dos grandes shows internacionais
- 28 Brasil espera recorde de medalhas nos Jogos de Paris 2024
- 29 Dupla Grenal equilibra as finanças e sonha com grandes títulos
- 30 Frases e projeções de empresários e gestores públicos



Crescimento econômico do Rio Grande do Sul em 2024 pode ser impulsionado pela próxima safra de soja

PERSPECTIVAS2024

EXPEDIENTE

■ **Editor-chefe:** Guilherme Kolling ■ **Editor-executivo:** Mauro Belo Schneider
 ■ **Editora de Economia:** Fernanda Crancio ■ **Editores:** Deivison Ávila, Igor Natusch e Paula Coutinho ■ **Reportagem:** Adriana Lampert, Bárbara Lima, Bruna Suptitz, Bruna Tkatch, Caren Mello, Cássio Fonseca, Cláudio Isaías, Cláudio Medaglia, Diego Nuñez, Eduardo Torres, Isadora Jacoby, Jefferson Klein, Maria Welter, Mariana Dawas Vieira, Patrícia Comunello, Patrícia Knebel, Roberto Hunoff ■ **Diagramação:** Ingrid Müller, Luís Gustavo Van Onheusden e Luiz Breves

FIERGS

Onde tem gente,
tem **Indústria.**

Em 2024 o *caminho* é a *Indústria*

Setor industrial no RS com
50 mil fábricas

São empregadas diretamente
800 mil pessoas

Exportações para
160 países



Governador projeta novas concessões de rodovias no RS para o próximo ano

Blocos que incluem Regiões Metropolitana, Hortênsias, Litoral, Vales e Norte terão leilão no 2º semestre de 2024

Guilherme Kolling e Patrícia Comunello

O governador Eduardo Leite projeta que o Rio Grande do Sul terá um crescimento econômico maior no próximo ano com as boas perspectivas da safra de verão no ciclo 2023/2024, ao contrário do período anterior em que houve perdas com a estiagem.

Além de efeitos benéficos do agronegócio na economia, o chefe do Executivo gaúcho espera ampliar investimentos em infraestrutura no Estado com novas concessões de rodovias, e também fazer aportes com recursos próprios, caso consiga equilibrar as contas.

Nesta entrevista ao *Jornal do Comércio*, Leite comenta ainda outros projetos como a instalação de um porto no Litoral Norte, o Aeroporto de Vila Oliva, em Caxias do Sul, e um novo caminho até Gramado e Canela, além da possibilidade de uma fábrica de celulose na Região Sul do Estado.

Jornal do Comércio – Quais são as perspectivas de 2024 para o Rio Grande do Sul?

Eduardo Leite – São perspectivas bastante positivas, a começar pelo agronegócio. O PIB do Rio Grande do Sul é muito impactado pelas safras e isso gera impacto nas áreas diversas, comércio, indústria. Temos perspectiva de uma boa safra depois de um período de estiagem que nos fez perder quase 40% da safra de soja de verão. Isso deverá ter um impacto econômico positivo. Aliado a isso, temos boas perspectivas de investimento lideradas pelo poder público e investimentos privados em um programa de concessões. Pretendemos fazer no ano que vem o leilão de novas rodovias para viabilizar mais investimentos em infraestrutura. Então, tenho boas expectativas para 2024 no Rio Grande do Sul.

JC – Em termos de infraestrutura, o Anuário de Investimentos

do RS 2023, do *Jornal do Comércio*, identificou uma tendência de projetos bilionários de hotéis e resorts na Serra. Isso vai aumentar o fluxo de turistas e a demanda por infraestrutura. Qual é a alternativa para o acesso a Gramado e Canela? É o novo aeroporto de Caxias do Sul e uma estrada para a Região das Hortênsias?

Leite – Conseguimos sair, nos últimos anos, da média de R\$ 150 milhões que o Daer tinha de recursos para fazer obras, para um investimento que, de 2021 para cá, chega a mais de R\$ 2 bilhões. Então, é outra a capacidade do Estado. Mas a demanda é muito grande em termos de infraestrutura. E temos um desafio adicional em função das chuvas, o El Niño, fenômeno climático que tem feito chover muito mais do que a média dos meses, setembro, outubro e novembro foram os de maior volume de chuvas desde que se tem monitoramento, de 1916 para cá. E isso estraga rodovias e gera um custo adicional de manutenção. Mas estamos fazendo um grande esforço para manter as rodovias. Não basta dinheiro, é preciso condição climática para fazer a recomposição das rodovias. Em termos de investimentos em infraestrutura, a Serra Gaúcha, pelo bloco já concedido e que tem empresa operando, a (rodovia ERS) 122 em direção a Caxias do Sul será, até o final do governo, integralmente duplicada. E outros investimentos acontecerão.

JC – Mas especificamente para a Região das Hortênsias, Gramado e Canela?



O PIB do Rio Grande do Sul é muito impactado pelo agronegócio, e temos uma perspectiva de uma boa safra



Eduardo Leite espera que o Rio Grande do Sul cresça mais em 2024, puxado pela produção do agronegócio

Leite – Devemos fazer no ano que vem a conclusão dos novos estudos do Bloco 1, que pega rodovias da Região Metropolitana e, também, em direção à Região das Hortênsias. Deve ter qualificação, portanto, dessas rodovias. E assumimos o compromisso, o governo do Estado, de fazer as rodovias para o futuro Aeroporto de Vila Oliva (em Caxias do Sul).

JC – A rodovia do aeroporto à Região das Hortênsias com recursos próprios do Estado?

Leite – Já estamos em tramitação dos processos para promover a estadualização e planejar as rodovias que hoje existem. São estradas municipais, na verdade, vicinais, que precisam ser replanejadas, porque não é simplesmente pavimentar, tem que retificar, mudar o curso para poder fazer rodovias amplas. O Daer já promove estudos, planejando essas rodovias, para que possamos contratar projetos, obras. É claro que o Aeroporto de Vila Oliva é uma obra a ser feita e estamos acompanhando essas ações junto à Secretaria de Aviação Civil.

JC – A concessão do outro bloco de rodovias sai em 2024?

Leite – São três blocos. O que já foi feito é o Bloco 3 (Serra). O Bloco 1 é da Região Metropolitana, Região das Hortênsias e Litoral Norte. E o Bloco 2 é o da Região dos Vales em direção à Região Norte do Estado, Passo Fundo, Marau... Estamos refazendo os estudos, temos expectativa de conclusão até o final do primeiro semestre para poder fazer o leilão no segundo semestre.

JC – Em vários encontros regionais promovidos pelo JC no projeto Mapa Econômico do Rio Grande do Sul – Passo Fundo, Caxias do Sul, Porto Alegre – diferentes lideranças defenderam a instalação de um novo porto no

Litoral Norte e disseram que há resistências do governo do Estado, que prefere priorizar o Porto de Rio Grande. Há resistência ou o governo do Estado é a favor de um novo porto em Arroio do Sal?

Leite – Nenhuma resistência do governo do Estado. Somos favoráveis, é importante para o Estado (o porto em Arroio do Sal). Agora, há componentes técnicos, e não é o governo do Estado o responsável por demonstrar a capacidade técnica do porto. Existem empreendedores privados, nós, inclusive, determinamos à nossa equipe que esteja à disposição para colaborar com demonstração da capacidade de instalação de um novo porto na região Norte. Enquanto isso não acontece, trabalhamos para que o nosso porto existente seja mais competitivo.

JC – Como?

Leite – Vou dar um exemplo: entre 2010 e 2020, o Porto do Rio Grande foi capaz de fazer investimentos com sua própria receita na ordem dos R\$ 30 milhões. De 2021 para cá, desde que o Estado parou de botar a mão no caixa do porto para pagar salários, a receita fica lá. Então, as taxas do porto ficam na empresa pública que criamos no Porto de Rio Grande.

JC – A Portos-RS...

Leite – A Portos-RS... e são R\$ 350 milhões. Saiu de R\$ 30 milhões há 10 anos para R\$ 350 milhões contratados no Porto de Rio Grande em obras de dragagem, captação. Então, enquanto isso não acontece (porto no Litoral Norte), trabalhamos para fazer nosso porto mais competitivo.

JC – Para que o Porto em Rio Grande possa ter crescimento mais acelerado, a Federasul colocou propostas como desonerar combustível de barcas que fazem a rota da hidrovía Porto Alegre-Rio Grande. Tem

possibilidade de medidas para reduzir custos de operação? Há alegação de que Rio Grande perde potencial de carga por ser reta final... Que medidas avalia para tornar o Porto de Rio Grande um player na América do Sul?

Leite – A garantia dos investimentos é um primeiro passo. É importante lembrar: o porto chegou a operar impondo diminuição de cargas nos navios por conta do calado, não tinha operações de dragagem. Não temos mais isso. O porto assegura o calado a partir de dragagem, que agora é feita rotineiramente, acabamos de assinar um contrato de R\$ 100 milhões de dragagem. Em seguida, tem a questão da hidrovía pela Lagoa dos Patos, que também precisa de dragagem, sinalização. Está sendo feito esse levantamento e estudos para encaminhar a contratação de dragagem da hidrovía pela Lagoa dos Patos. Será investimento do Estado, para viabilizar condições de operação melhores. E aí definirmos outras ações que possam significar redução de custos para utilização deste modal hidroviário, que nos interessa incentivar, seja incentivos tributários para reduzir custo do diesel ou outras ferramentas, inclusive



Não há resistência do governo do Estado (ao novo porto em Arroio do Sal); somos favoráveis, mas há componentes técnicos

aporte de recursos para reduzir custo da operação.

JC – Ainda na Região Sul há expectativa com projetos como parques eólicos e hidrogênio verde. Mas a prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, falou também na expectativa de uma nova fábrica de celulose da CMPC em Pelotas ou Região Sul. Existe essa expectativa por parte do governo do Estado?

Leite – Estamos trabalhando desde o início do governo passando buscando criar condições para que nessa área da celulose tenhamos a disposição de investidores de promover uma nova planta. Sempre digo que o investimento privado não é – ao contrário do que algumas pessoas pensam – pegar alguém pelo braço e mandar investir: buscamos criar as condições para isso. Então, fizemos um novo zoneamento do Estado que permite muito aumentar a área plantada...

JC – Na silvicultura...

Leite – Na silvicultura: pinus, eucalipto, o que dá mais motivação para esse setor empreender em uma nova planta de celulose, seja da CMPC ou seja outra empresa. Então, estamos criando essas condições, conversando, mas a decisão eu deixo para a empresa. Estou trabalhando como governador para criar condições para que o Estado possa receber um novo investimento.

JC – O Estado foi bem-sucedido nas privatizações, vendeu as estatais. Qual é sua avaliação sobre os serviços prestados pelas empresas que assumiram?

Leite – Tínhamos muitas dificuldades na operação dessas empresas públicas, especialmente distribuição de energia (CEEE-D). Privatizamos quatro companhias na área de energia – a Sulgás e três companhias da CEEE, distribuição, geração e transmissão – além de saneamento, a Corsan. A Sulgás acabou de entregar gás canalizado na Serra Gaúcha, está fazendo investimentos. Na energia, a empresa de transmissão tem um plano de investimentos 10 vezes maior do que a empresa pública tinha. A CEEE-T tinha capacidade de investimentos de R\$ 60 milhões por ano, agora a empresa privada tem um plano que alcança mais de R\$ 500 milhões anuais de investimentos em transmissão. A CEEE Geração também anda bem. E na parte de distribuição, o ponto mais sensível, infelizmente, temos visto alguns problemas operacionais. Mas é importante lembrar que a companhia pública já tinha muitas dificuldades, em religação, substituição de postes de madeira, investimentos para a qualidade de energia. E estava em vias de perder a concessão, o governo federal estava cassando a concessão da empresa

CEEE Distribuidora por não cumprir parâmetros contábeis e nem de serviços. Então, mesmo que o Estado não tivesse privatizado a CEEE, estaríamos diante de outra empresa prestando esse serviço, porque a CEEE perderia a concessão. E o Estado, os gaúchos estariam pagando os passivos acumulados da CEEE. Então, ainda há muito a melhorar.

JC – Precisa melhorar?

Leite – Muito a melhorar. Tem problemas acumulados no passado de uma companhia pública com muitos problemas, tem muito a melhorar. E o Estado passa a estar em outro polo, que é não o de operador, mas de um demandante fiscal desse contrato. Então, via agência de fiscalização, cumpre o seu papel, provoca, multa – inclusive a empresa, se há deficiência de serviços –, e vamos continuar fiscalizando para garantir que aperfeiçoe esse serviço e atenda melhor a população.

JC – Vieram os números do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), bem complicados em relação à Educação, que o senhor elegeu como pauta principal. Como acelerar melhorias na Educação?

Leite – Estamos falando para o Jornal do Comércio, naturalmente entra na parte econômica, e às vezes a Educação não é observada pelo seu componente econômico, que eu insisto muito: o Estado não será mais competitivo simplesmente pela carga tributária menor, tem que ser competitivo porque oferece também capital humano de excelente qualidade, capaz de produzir mais. E, no caso do Rio Grande do Sul, temos ainda números que saíram do Censo do IBGE, mostrando que o Estado é o mais envelhecido do País, com mais idosos percentualmente em relação à população

economicamente ativa. Já perdemos o bônus demográfico. Precisamos ser capazes de entregar capital humano de excelente qualidade para poder produzir mais – economicamente, inclusive.

JC – Como?

Leite – Estamos atuando em todas as frentes: formação de professores, expansão do Ensino Médio em tempo integral, bolsa para jovens permanecerem em sala de aula, porque temos problema de evasão, abandono e reprovação. Para enfrentar reprovação, estudos de aprendizagem contínuo, uma modalidade do Estado para – não significa aprovação automática – evitarmos reprovação, a partir de estudos de recuperação, aprendizagem contínua, que tem dado um efeito importante para evitar a perda de alunos. E para combater evasão e abandono, para alunos de baixa renda, 70 mil jovens recebem uma bolsa do governo do Estado pelo programa Todo Jovem na Escola, R\$ 250 milhões para podermos reter esses jovens. Tem ainda investimento na infraestrutura escolar. Como o Estado enfrentou crise fiscal durante tanto tempo, muitas escolas não receberam manutenção, e os problemas estão se apresentando ainda hoje, no telhado, rede elétrica, obras que foram feitas com problemas. E temos a expansão do Ensino Médio em tempo integral, tinha 1% das escolas em tempo integral, fomos a 10% em 2023 e vamos a 18% das escolas de Ensino Médio em tempo integral.

JC – E o apagão de professores, como enfrentar?

Leite – Estamos fazendo o programa Professor do Amanhã. O Estado está contratando vagas nas universidades comunitárias, vamos pagar uma bolsa aos estudantes, quem for fazer Pedagogia



TÂNIA MEINERZ/JC



Não tenho temor (que empresas gaúchas se transfiram para SC com a alta do ICMS); a alíquota nunca foi determinante

ou outras licenciaturas, para termos professores, vamos pagar bolsa de R\$ 800, pagar o custo na universidade para formarmos mais professores.

JC – Nas contas públicas, se a elevação do ICMS não passar, incentivos fiscais serão cortados. Qualquer uma dessas medidas prejudica atração de investimentos e competitividade do RS?

Leite – Quando alguma entidade empresarial fala em aumento de impostos, é importante falar que esse aumento está sendo feito sobre uma base que se reduziu, porque era 30% o ICMS sobre energia, comunicação, foi reduzido para 25%, para 17%, e, agora, queremos trazer de 17% para 19,5%. Muito distante dos 25% e mais distante ainda dos 30% que chegaram a ser cobrados em um período de crise fiscal do Estado. Então, é sobre uma base reduzida, que reduziu, reduziu, reduziu... só que reduziu demais, por conta de decisões nacionais, e agora precisamos fazer um ajuste, mas ainda deixando para o Estado uma carga tributária muito menor do que aquela que assumimos no governo. Então, se não é confortável o ajuste na alíquota modal, é melhor do que as outras opções. Se não se viabilizar, vamos encaminhar recomposição de receitas de outras formas.

JC – Decretos de corte de benefícios fiscais...

Leite – Benefício fiscal não é apenas a grande empresa que recebe. É cesta básica, insumos do agronegócio que produz alimentos, benefício fiscal para proveito da população e setores econômicos estratégicos. Vamos trabalhar para que isso aconteça sem ferir a competitividade do Estado. Para poder competir, não é só o imposto baixo, tem que ter estrada, segurança, formação de mão de obra. Tudo isso exige política pública que tem que ter capacidade fiscal para fazer. Se o governo não tiver capacidade de financiar essas políticas públicas, o Estado não fica mais competitivo, o Estado fica menos competitivo. Aliás, muito se compara o Rio Grande do Sul com Santa Catarina. É importante dizer que Santa Catarina conseguiu ganhar em competitividade porque foi agressiva em benefícios fiscais a diversos setores. Não foi por causa da alíquota modal. Se fosse por causa da alíquota modal, São Paulo historicamente é 18% enquanto Santa Catarina é 17%. A alíquota modal nunca foi a determinante para incentivar instalação de empresas.

JC – O senhor não teme que empresas gaúchas transfiram a operação para Santa Catarina, com alíquota de ICMS de 17%, se o RS estiver com 19,5%?

Leite – Nenhum temor dessa natureza. Nenhum temor. Se fosse por isso, 20 estados brasileiros já aprovaram o ajuste da sua alíquota modal, muitos deles para 22%, 21% – estamos propondo 19,5% – então, quase todos os estados estão errados e vão empurrar empresas para outros estados que não tenham majorado. Não faz sentido. É claro que não é isso que é o determinante.



Governador Eduardo Leite recebeu equipe de jornalistas do JC no Palácio Piratini para projetar o próximo ano

TÂNIA MEINERZ/JC

ECONOMIA

AGROPECUÁRIA

Rendimento da soja sustenta esperança do agronegócio

WENDERSON ARAUJO/TRILUX/DIVULGAÇÃO JC

Mesmo com o El Niño, safra deve ser grande no Rio Grande do Sul, no País e no continente

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Sob o impacto das chuvas que têm ocorrido em volume acima do ideal para o período, o agronegócio gaúcho deverá ter um 2024 desafiador. Com estimativa de forte quebra na safra de milho e a consolidação dos prejuízos no trigo, a melhor expectativa recai sobre a soja, cultura que pode, ainda, oferecer um rendimento próximo ao planejado. A oferta ajustada sustenta preços mais atrativos ao produtor, mas sem euforia, projetam analistas do mercado agropecuário.

O próximo ano será ainda de dificuldades. Espera-se uma tímida retomada do poder de compra do produtor frente a 2023, mas ainda muito abaixo dos parâmetros de 2020 e 2021, diz Índio Brasil, sócio proprietário da Solo Corretora de Cereais, de Ijuí. Com base nas informações obtidas junto a produtores e cooperativas de grãos com as quais atua, ele calcula uma safra de soja próxima da normalidade.

“O excesso de chuvas não permitirá um novo recorde, mas a expectativa é de que possamos ver uma produção acima de 20 milhões de toneladas no Rio Grande do Sul. Os preços deverão se estabilizar um pouco abaixo dos atuais, que são remuneradores ao produtor em níveis maiores que 2023 devido aos menores custos de produção.”



Enquanto o Brasil colheu uma safra recorde da oleaginosa no ciclo passado, o Rio Grande do Sul foi assolado por mais um período de estiagem

Luiz Fernando Roque, analista de soja da Safras & Mercado, concorda com o cenário para a oleaginosa. De acordo com ele, apesar do atraso na semeadura, já que a chuva e a umidade dificultam a entrada das máquinas nas lavouras, a produção gaúcha irá se recuperar frente a 2023.

“Não dá para falar em grandes problemas ainda. Obviamente que o clima tem que ajudar. Estamos com 75% da área plantada, e sabemos que estava faltando um pouquinho de luminosidade em algumas regiões, tem excesso de

umidade, mas não dá para falar em perdas produtivas importantes ainda”, aponta.

Roque alerta, entretanto, para o comportamento das cotações. É que, assim como o Estado deverá ter uma colheita volumosa do cereal, a safra brasileira também será grande, mesmo com a redução projetada principalmente em Mato Grosso, devido à estiagem. Apesar de menor que a previsão inicial, a produção nacional deve chegar a 158 milhões de toneladas de soja.

Além disso, a Argentina deve

voltar com força para o mercado. “E a Argentina vem de uma quebra histórica. Então, tudo leva a crer que eles obterão uma produção no mínimo o dobro do que em 2023. Serão pelo menos 25 milhões de toneladas a mais no mercado. E é isso que é um vetor negativo para preço, que serão mais baixos no primeiro semestre de 2024, porque a produção sul-americana vai ser maior”, avalia.

O analista pondera que a cotação da saca de soja deva cair durante o período de colheita, entre janeiro e fevereiro.

Em relação ao milho, Índio Brasil, da Solo, vislumbra uma produção bem abaixo das expectativas iniciais. “O excesso de chuvas e a falta de sol impediram uma melhor performance. Estima-se em mais de 30% de quebra ante o potencial original, o que trará a safra para a casa de 5 milhões de toneladas e preços que não agradam os produtores”.

O RS deverá colher em torno de 5,3 milhões de toneladas de milho, bem acima das 3,7 milhões da safra passada, mas abaixo das 8 milhões de toneladas projetadas.

Quebra histórica no trigo desafia resiliência dos produtores

Considerada uma das piores safras dos últimos 25 anos, a produção de trigo volta a ficar ameaçada. A performance desastrosa da colheita que está sendo finalizada, na comparação com os dois períodos anteriores de volume e qualidade dos grãos, coloca à prova a resiliência dos produtores para as próximas semeaduras.

Com potencial inicial estimado em 5,4 milhões de toneladas, a colheita do cereal está sendo concluída no Rio Grande do Sul em cerca de 3,3 milhões de toneladas. E, desse total, entre 70% e 75% são grãos que não terão qualidade suficiente para serem utilizados pelas moageiras, e acabarão destinados para ração animal. “Então, isso traz uma realidade. Depois

de dois anos em que o RS vendeu muito trigo no mercado internacional, voltaremos a importar. Isso porque, com exceção de algumas regiões mais a Oeste, nas Missões, que conseguiram colher algum trigo bom, no resto a qualidade foi lá para baixo, porque choveu muito”, diz Elcio Bento, analista da cultura na empresa Safras & Mercado.

Segundo ele, os preços recuperaram até onde poderiam ir e, agora já estão no momento em que, se subirem muito, importar será mais vantajoso para as indústrias. Não há espaço para aumentar preços, que irão ficar inferiores ao passado e em uma situação também de menor produção. “Temos preços que não podem subir

muito mais porque já estão equiparados com o produto que virá da Argentina. Então, a safra é bastante complicada em termos climáticos. Tivemos muito trigo prejudicado pelo excesso de chuva. Em termos de preços, está, ainda, acima da média, mas bem abaixo do ano passado”, avalia Bento.

O analista da Safras vê risco de redução na área de plantio para a próxima safra, por conta do desestímulo aos produtores em função da memória recente de perdas. “É difícil falar em termos de produção, mas, ao que tudo indica, o produtor vai estar menos animado para voltar a plantar depois de ter perdido uma safra com a deste ano”.

A percepção coincide com



MIGUEL MEDINA/AFP/JC

Cultivo do trigo foi prejudicado pelo excesso de chuva registrado no Estado

a análise do sócio proprietário da Solo Corretora de Cereais, de Ijuí, Índio Brasil. Com baixa produtividade e qualidade nesta safra de trigo, os preços desabam e

desanimam os triticultores. “Infelizmente, a expectativa para o futuro será de redução de área de cultivo. É inevitável o desestímulo”, finaliza.

fecomerciors fecomercio-rs @fecomercio_rs
representafecomercio.org.br

NÃO AO AUMENTO DE ICMS

**Os gaúchos já pagam
imposto demais.**

Ajude a Fecomércio-RS a mostrar aos nossos deputados que a sociedade não aceita o aumento de ICMS registrando seu voto no projeto na plataforma Representa +.

Entenda o PL 534/2023:

O projeto prevê a alteração da alíquota modal do ICMS do RS. Com ele, as empresas estão enfrentando a possibilidade de um **aumento de 18,3% no recolhimento de ICMS.**

Em média, **cada gaúcho poderia ter que desembolsar aproximadamente R\$ 330,79 a mais** por ano devido ao aumento das alíquotas.

Não aceite pagar mais impostos!

**Acesse o QR code
e participe.**



Fecomércio RS · Sindicatos
Sistema Comércio

ECONOMIA

COOPERATIVISMO

Ocergs projeta 2024 com menos dificuldade para as cooperativas agropecuárias

Segmento fechará o ano em queda de até 6% e já trabalha estruturação para enfrentar as mudanças climáticas

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

O ano de 2024 será de enfrentar desafios para as cooperativas agropecuárias gaúchas. Mas nem de longe as dificuldades deverão ser comparadas às dos últimos 12 meses. Na projeção da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs), o setor encerrará 2023 com queda

de 5% a 6% no faturamento. “A agropecuária será o único segmento do cooperativismo gaúcho a fechar o ano no vermelho. Para entender, basta lembrar que tivemos a pior seca, prejudicando a safra de soja, no verão passado, e as piores chuvas, caindo sobre o trigo, no inverno. Foi o ano mais desafiador para a agropecuária”, afirma o presidente da entidade, Darci Pedro Hartmann.

Para o ciclo que está por começar em janeiro, o dirigente vê na oleaginosa a chance de compensar perdas com as demais culturas e atividades do setor. Em 2022, ele lembra, a commodity sofreu muito com a estiagem, mas a excepcional safra de



TÂNIA MEINERZ/JC

Hartmann enfatizou que ano foi o mais desafiador para a agropecuária

trigo fez o contraponto na contabilidade.

“Desta vez, apesar do atraso na atual semeadura, por conta das precipitações em excesso, acreditamos que haverá redução na intensidade das chuvas ainda em dezembro, permitindo a entrada nas lavouras. Além do mais, nas áreas já plantadas o desenvolvimento das plantas

está bom”. O dirigente pondera que ainda há tempo para os produtores plantarem variedades de sementes de ciclo mais longo sem grande impacto sobre a produtividade. Hartmann também espera bons resultados com o milho, cuja safra foi bem preparada.

A mostra da resiliência e da capacidade das cooperativas agropecuárias está nos números

da safra passada. “Houve uma quebra de 43% na soja, em relação a 2022, e de 52% no milho. Sobre a safra de trigo, estamos fechando o levantamento, mas o percentual de perdas deve ser bastante alto. Mas, ainda assim, seguimos fortes.”

Para o presidente da Ocergs, outro fator irá pesar positivamente nas cooperativas agropecuárias: o reconhecimento de que as mudanças climáticas vieram para estabelecer um novo cenário. “As cooperativas estão se reestruturando para vivenciar o ‘novo normal’. Apesar das chuvas, temos de continuar trabalhando para ter irrigação, conservação de água no solo e energia elétrica para atender as propriedades”, afirma Hartmann.

Nesse contexto, ele destaca a Operação 365, da CCGL, por meio da Rede Técnica Cooperativa (RTC), que estabeleceu um programa para estimular a melhoria da qualidade do solo visando maior sustentabilidade, estabilidade produtiva e rentabilidade das propriedades.

Com uma boa cobertura de solo, diz Hartmann, há melhores condições para reter água e mitigar períodos secos.

A ação na Pr.A.I.A com Tampinha Legal está de volta!
As Casas de Verão do Sesc/RS recebem o Pr.A.I.A - Protótipos de Andadores Infantis de Areia em PVC para empréstimos aos veranistas*.

Inclusão e acessibilidade que dão independência às crianças com deficiências para o ingresso no mar.

Saiba mais sobre como participar acessando o site tampinhalegal.com.br

*EMPRÉSTIMOS AOS VERANISTAS GRATUITO

@pri_rpgomes

PONTO DE COLETA DE TAMPAS PLÁSTICAS:
CONSULTE A CASA DE VERÃO SESC/RS MAIS PRÓXIMA

LANÇAMENTO:
07/01/24 DOMINGO A PARTIR DAS 09H
NA CASA DE VERÃO SESC/RS TRAMANDAI

Realização:
Instituto **SustenPlást**



O IMPACTO DA PUCRS ESTÁ EM TODO LUGAR.

INCLUSIVE EM **GRANDES RANKINGS.**

MELHOR
UNIVERSIDADE
PRIVADA DO
BRASIL

Ranking
Universitário
Folha 2023.

1º LUGAR NO
RANKING GERAL
ENTRE AS
UNIVERSIDADES
PRIVADAS SEM
FINS LUCRATIVOS
NO BRASIL

Ranking
Universidades
Empreendedoras
2023.

PRÊMIO CAPES
ELSEVIER 2023

Reconhecimento
pelo impacto
relacionado aos
Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável (ODS)
da ONU.

MELHOR
UNIVERSIDADE
PRIVADA DO
SUL DO BRASIL

Times Higher
Education (THE)
World University
Rankings 2023 e QS
Latin America & The
Caribbean University
Rankings 2024.

Todos esses reconhecimentos reforçam o compromisso da PUCRS com a **excelência no ensino** e com a **atuação de impacto na vida das pessoas** por meio da educação, de pesquisas inovadoras, **promoção da saúde integral, desenvolvimento sustentável** e tantas outras formas de fazer acontecer **transformações positivas para a sociedade.**



ACESSE
PUCRS.BR/IMPACTO
E SAIBA MAIS

PUCRS

ECONOMIA

ENERGIA

Mercado livre de energia prevê crescimento vertiginoso

Cientes inseridos nesse ambiente podem escolher de quem vão adquirir a eletricidade

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O ambiente de contratação livre (no qual o usuário pode escolher de quem vai comprar a energia, não ficando restrito à distribuidora local) está prestes a dar um salto de tamanho no próximo ano. Isso porque, a partir de janeiro, todos os consumidores da alta tensão (Grupo A) poderão deixar o sistema cativo (atendido pelas concessionárias) e migrar para o mercado livre.

Segundo informação da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceil), o Grupo A tem cerca de 202 mil unidades consumidoras atualmente, principalmente empresas, que recebem energia em média e alta tensão. Dessas, mais de 36 mil já estão no mercado livre de energia, de forma que o potencial de migração é de aproximadamente 165 mil unidades consumidoras a partir de 2024.

Para o cliente trocar o ambiente cativo pelo livre, ele precisa notificar a distribuidora seis meses antes do vencimento do seu contrato com a concessionária. Ou seja, como as novas

regras valem a partir de janeiro, já é possível para alguns consumidores “denunciar” o contrato, como se diz no setor elétrico. Dessa forma, ainda conforme a Abraceil, mais de 10,6 mil empresas já informaram as suas distribuidoras que vão migrar para o mercado livre no começo do próximo ano.

O diretor da Siclo Consultoria em Energia Paulo Milano considera que a expansão do mercado livre é irreversível, uma tendência mundial. “Não seria diferente no Brasil”, comenta o analista. Ele adianta que essa etapa precede o próximo passo que será abrir o ambiente livre para os clientes em baixa tensão, os consumidores residenciais.

Milano calcula que a alternativa demorará, pelo menos, cinco anos para chegar ao cliente residencial. Ele frisa que essa fase que abrangerá todo Grupo A já é um universo muito extenso. “Precisa as melancias se ajestarem melhor na carreta para depois passar para a baixa tensão”, projeta o consultor.

O representante da Siclo Consultoria prevê que, dentro dessa perspectiva, as distribuidoras acabarão focando cada vez mais no serviço de “fio”, ou seja, de apenas entregar a energia ao cliente, sem a responsabilidade de comprar o insumo de uma geradora para depois abastecer as unidades consumidoras.

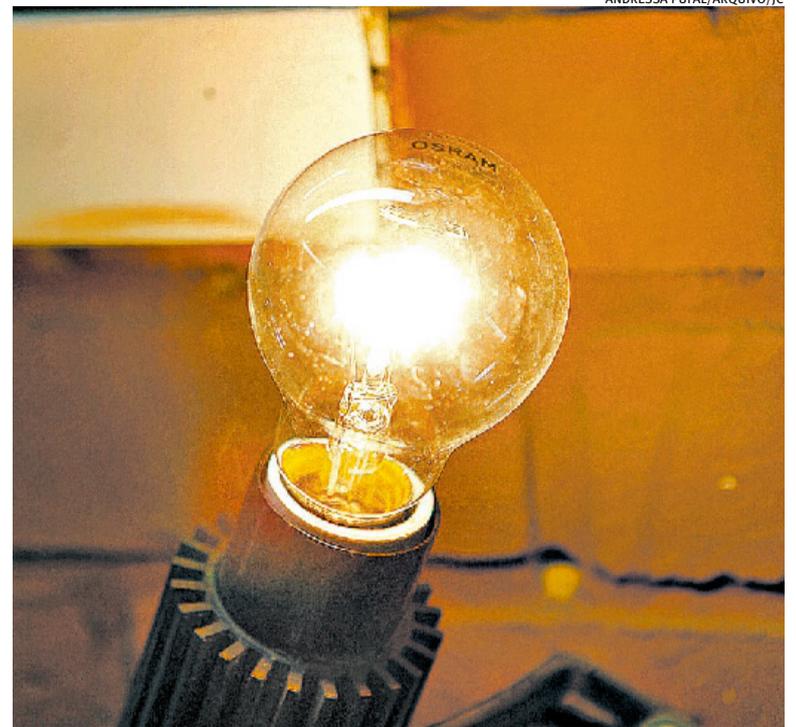
Milano reforça que a economia na conta de luz para quem sai do mercado cativo e entra no livre depende de cada caso, mas, em média, a estimativa é de uma redução de cerca de 20% na tarifa.

Por sua vez, o diretor de Comercialização de Energia da AES Brasil, José Carlos Reis, ressalta que muitos clientes tendem a ficar na dúvida se poderão ou não migrar, porque podem não saber se são usuários de alta tensão. “A gente dá uma referência, com uma fatura de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil (de luz), há uma grande chance de ser alta tensão, mas não se pode afirmar com certeza. É preciso que seja avaliada a fatura”, comenta o executivo.

O integrante da AES Brasil reforça que há diversos agentes que devem optar pelo mercado livre com a nova regra como, por exemplo, supermercados, postos de gasolina, pequenas indústrias, mineradoras, entre outros. “É um espectro bem amplo”, enfatiza Reis. Ele acrescenta que os preços de energia competitivos dentro desse ambiente tornam atrativa essa escolha, assim como a possibilidade de adquirir uma geração de fonte renovável, como a eólica ou a solar, e ser certificado por isso.

Expansão no próximo ano servirá para avaliar passos mais ousados no futuro

“Essa abertura de mercado do Grupo A é um balão de ensaio



Redução da conta de luz é um dos atrativos para a migração

para aberturas maiores que vão acontecer futuramente”, antecipa o diretor comercial e de marketing da Urca Trading, Roni Wajnberg. Ele enfatiza que não se trata mais de uma questão de “se” o mercado livre chegará até a baixa tensão, mas sim de “quando”.

Wajnberg ressalta que o mercado está vislumbrando que em 2026 abrirá o segmento B3, constituído de clientes em baixa tensão dos segmentos comercial, industrial e rural. Já em 2028, a expectativa é chegar ao B1, que é o residencial. “E aí estamos falando de mais de 80 milhões de consumidores. Então, há um movimento para a abertura total de mercado, em mais ou menos quatro anos”, afirma o representante da Urca Trading.

Para ele, a ampliação do mercado livre no próximo ano já propiciará uma excelente transformação para a economia brasileira e também para a gaúcha. “Porque vai tornar as indústrias e as empresas, que estão ligadas em alta tensão, mais competitivas”, justifica o executivo.

Ele assinala que, com a economia do gasto na conta de luz, o empresário pode, por exemplo, aumentar seu quadro de funcionários, comprar um novo maquinário ou melhorar a sua margem de lucro. Wajnberg considera a migração para o mercado livre como um círculo virtuoso, pois os concorrentes da companhia que deixou ser cativa terão que buscar soluções para não perder espaço e deverão migrar também.

Geração distribuída também projeta expectativas positivas para o próximo ano

Além do mercado livre, outra opção que permite o “empoderamento” do cliente de energia é

a geração distribuída (em que o consumidor produz sua própria eletricidade, muitas vezes por

sistemas solares fotovoltaicos). Em 2023, esse setor passou por mudanças legais, que alongaram

o payback (retorno) do investimento em soluções nessa natureza, entretanto, a perspectiva é de que o segmento continue crescendo em 2024.

O sócio-diretor da Noale Energia e diretor do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), Frederico Boschin, enfatiza que a tecnologia solar, especialmente no campo da geração distribuída (GD), deve, novamente, “atropelar todos os prognósticos do setor”. Ele explica sua opinião lembrando que o preço dos sistemas fotovoltaicos cada vez cai mais e soma-se a isso o aumento das tarifas de energia das distribuidoras.

Atualmente, a chamada GD conta com uma potência instalada de mais de 24 mil MW (suficiente para atender à demanda

média de energia de cerca de seis estados como o Rio Grande do Sul).

“A nova lei, de maneira alguma, causou a inviabilidade do setor”, aponta Boschin. Ele acrescenta que a energia solar é o refúgio de quem busca a redução no custo da energia. O sócio-diretor da Noale Energia enfatiza que o Brasil está passando por uma transformação da regulação do setor elétrico tanto no mercado livre como na geração distribuída.

Ele destaca que o País caminha para a modernização do setor, o que é vinculado a uma enorme “dor de cabeça” regulatória, que é compatibilizar uma área muito complexa e enraizada em antigas práticas a novas tendências. “O maior desafio em 2024 não é o de tecnologia, é o de regulação”, projeta Boschin.



Boschin destaca que o Brasil caminha para a modernização do setor, mas aponta necessidade de regulação

CDL PORTO ALEGRE. SEMPRE EM MOVIMENTO



para fortalecer a
economia gaúcha

Há 63 anos, a **CDL Porto Alegre** se mantém em constante movimento na busca por resultados que possam potencializar o varejo e as relações de consumo.

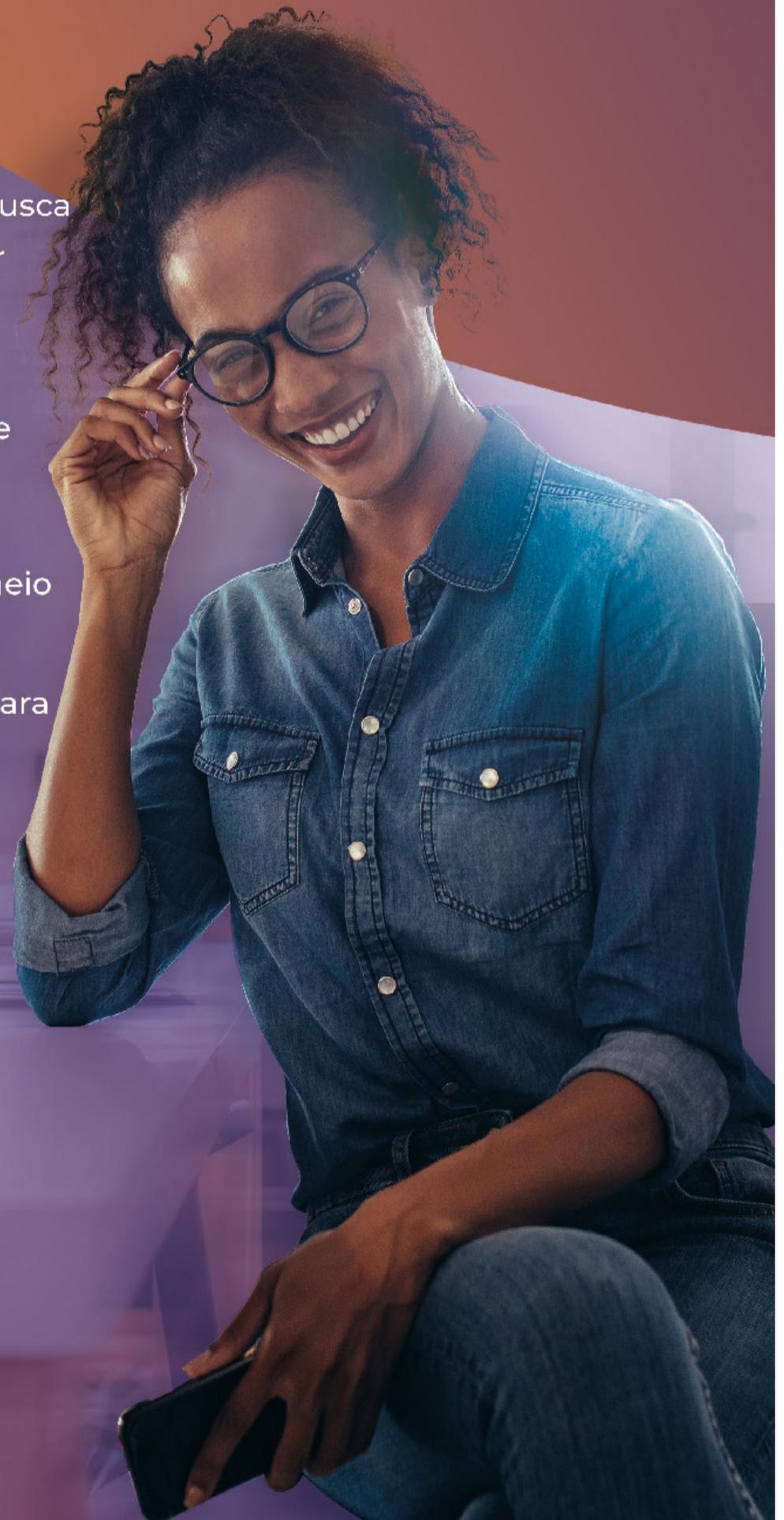
Hoje, contamos com um portfólio de produtos e serviços que tornam a análise de crédito mais assertiva e segura, impulsionando a performance de mais de 30 mil empresas em todo o RS, por meio da nossa **Rede de Entidades Parceiras**.

Conheça nossas soluções e prepare-se para potencializar seus resultados em 2024:

- **Concessão de Crédito**
- **Crédito Garantido**
- **Recuperação de Crédito**
- **Soluções de Marketing**
- **Gerenciamento de Carteira**



www.cdlpoa.com.br
(51) 3017.8000
@cdlpoa





Mercado Digital

Patricia Knebel
patricia.knebel@jornaldocomercio.com.br

Recompor time e tecnologia é o desafio do Ceitec

Depois de ter o seu processo de liquidação revertido, o foco do Ceitec em 2024 é muito claro: recompor a empresa. Para isso, são dois os focos prioritários: pessoas e equipamentos.

O ano de 2023 encerrou com definições importantes no desafio de voltar a tornar operacional a empresa que foi criada para ajudar a colocar o Brasil no mapa global de semicondutores.

Muitos avanços e passos para trás depois, a empresa iniciará o próximo ano buscando um novo caminho. “O Ceitec ainda não vai produzir em 2024. Será um ano de recomposição e preparação para o que vier pela frente”, afirma o presidente da empresa, Augusto Cesar Gadelha Vieira.

Ainda existe muita indefinição sobre os investimentos que serão destinados pelo orçamento do governo federal para a empresa, mas a necessidade é de cerca de R\$ 110 milhões em 2024 e em torno de R\$ 210 milhões em 2025.

“Isso é o que precisamos para recompor a empresa, contratando as pessoas necessárias e adquirindo os equipamentos”, analisa. Já no terceiro ano, a expectativa do executivo é que o Ceitec demande R\$ 80 milhões dos cofres públicos. “Queremos estar faturando o quanto antes e ter uma demanda decrescente destes recursos”, diz Gadelha.

A expectativa é que a empresa fique independente do orçamento da União em sete anos, com contribuições federais decrescentes a cada ano.

O foco de atuação serão os semicondutores de potência, usado em linhas de produção de empresas que precisam de maior capacidade na área elétrica, como o setor de automóveis elétricos. “É um semicondutor de maior eficiência energética e em um estágio tecnológico que não exige muito avanço tecnológico em relação ao que temos”, destaca.

Já no que se refere às



Expectativa é que em sete anos a empresa fique independente dos recursos da União

pessoas, atualmente os quadros da empresa contam com 70 profissionais, e a meta é chegar a 150 no final de 2024. Neste cenário, existem questões jurídicas com funcionários que foram demitidos pelo processo de liquidação, e que terão que ser resolvidas. No dia 8 de dezembro, por decisão judicial, três deles foram reintegrados.

“Estamos avaliando a alternativa mais viável para essa recomposição, mas não há previsão de concurso público e de contratos temporários. O que sabemos

é que vamos evitar acúmulo desnecessário de recursos humanos, não será um trem da alegria. Vamos nos ater a pessoas por competência técnica”, comenta.

O professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e coordenador da IEEE Circuits and Systems Society para a América Latina, Ricardo Reis, comenta que o desenvolvimento de quase todos os setores de economia depende cada vez mais do desenvolvimento da microeletrônica, casos do agronegócio, transporte e saúde. E o

Rio Grande do Sul sempre se destacou nesse segmento, inclusive na formação dos talentos nessa área, como na Ufrgs.

“O ponto fundamental nesse processo todo é termos recursos humanos de qualidade e quantidade. O mundo inteiro está demandando pessoas nessa área e os lugares que tiverem uma massa crítica de recursos humanos na área vão atrair empresas do exterior, como já aconteceu aqui com a vinda da EnSilica e da Impinj (as duas empresas internacionais estão instaladas no Tecnopuc).

Inteligência Artificial Generativa deverá se tornar culturalmente consciente

A Inteligência Artificial Generativa (GenIA) foi a grande sensação de 2023, e deverá de tornar cada vez mais presente em 2024. Um dos grandes desafios dos LLMs (Large Language Models ou Grandes Modelos de Linguagem, na tradução livre para o português) será a fluência cultural, o que deverá tornar a IA generativa mais

acessível aos usuários, aponta o VP e CTO da Amazon, Werner Vogels, que todo final de ano divulga suas previsões tecnológicas.

A perspectiva é que, treinada em dados culturalmente diversos, essa tecnologia ganhará um entendimento mais sutil sobre a experiência humana e os complexos desafios sociais. Ao mesmo tempo,

essas diferenças podem trazer confusão e má interpretação.

No Japão, por exemplo, o ato de beber a sopa à medida que se come o macarrão é considerado sinal de satisfação, mas em outros países, isso é considerado uma falta de educação. Em um casamento tradicional na Índia, uma noiva pode usar um vestido colorido e de design diferente, enquanto no mundo ocidental ela tradicionalmente usa branco. E na Grécia é comum cuspir no vestido para trazer boa sorte.

“Como humanos, estamos acostumados a trabalhar com diferentes culturas e, com isso, somos capazes de contextualizar essas informações, sintetizá-las, ajustar o nosso entendimento e responder adequadamente. Então, por que esperaríamos menos do que isso das tecnologias que usamos e às quais confiamos as nossas vidas?”, questiona Vogels.

Nos próximos anos, a cultura terá um papel crucial na forma

como as tecnologias são desenvolvidas, implementadas e consumidas; e os seus efeitos serão ainda mais evidentes na IA generativa.

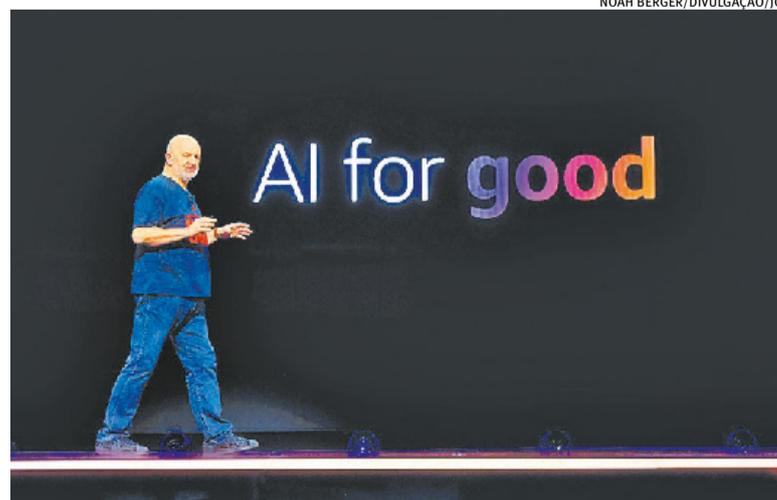
Para que os sistemas baseados em LLM tenham alcance mundial, eles precisam alcançar o tipo de fluência cultural que se desenvolve instintivamente nos humanos. Em um artigo publicado este ano, pesquisadores do Instituto de Tecnologia da Geórgia demonstraram que mesmo quando um LLM era utilizado com um prompt em árabe, que mencionava explicitamente uma oração islâmica, as respostas geradas recomendavam curtir uma bebida alcoólica com amigos, o que é culturalmente inapropriado. Muito disso tem relação com os dados disponíveis para treinamento.

O Common Crawl, que foi utilizado para treinar muitos LLMs, é 46% em inglês. Uma porcentagem ainda maior do conteúdo disponível - independentemente do idioma - é culturalmente ocidental (em

boa parte focado nos Estados Unidos).

Nos últimos meses, LLMs não ocidentais começaram a surgir: o Jais, treinado em dados em árabe e inglês, Yi-34B, um modelo bilíngue em chinês/inglês e o Japanese-large-lm, treinado em um extenso conjunto de dados em japonês. “Esses são sinais de que modelos culturais precisos não ocidentais abrirão a IA generativa para centenas de milhões de pessoas, com impactos de longo alcance, da educação aos cuidados médicos”, aposta.

Uma questão importante levantada nas previsões do CTO é que idioma e cultura são coisas diferentes. Ser capaz de fazer traduções perfeitas não dá a um modelo conhecimento cultural. Assim como os humanos aprendem com discussões, debates e a troca de ideias, os LLMs precisam de oportunidades semelhantes para expandir suas perspectivas e entender a cultura”, comenta.



Todos os anos, Vogel apresenta as tendências que irão impactar o mercado

somoscoop

Em 2023 a gente construiu juntos
o Cooperativismo no Rio Grande do Sul.

**EVOLUÍMOS.
FIZEMOS A DIFERENÇA.**

Juntos, cooperados,
colaboradores
e consumidores,
fizemos o coop
acontecer, sempre
com um propósito
em mente: transformar
o mundo em um lugar
mais próspero e justo
para todos.



**JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES
E FAREMOS UM 2024 AINDA MELHOR.**



Sistema**Ocergs**

OCERGS | SESCOOP/RS | ESCOOP



Minuto Varejo

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

MINUTO VAREJO

Lojistas terão um 2024 com cara de segundo tempo de 2023

Dirigentes, economistas e especialistas definem o que vai impactar o setor no próximo ano

O ano que estreia em poucos dias podia muito bem ser um segundo tempo de 2023, se fosse possível reprogramar o calendário do varejo. A razão é simples: problemas que tiraram o sono de comerciantes na recente jornada terão continuidade, entre ritmo da atividade mais ameno e pressionado ainda por juros e inadimplência, que se manterão altos. Sim, a dupla não vai ficar detida neste ano, e ainda ganhará a companhia de dois atores: confiança ainda em baixa de empresas e consumidores e renda afetada por variáveis conjunturais.

Já o varejo como ele é no dia a dia, com a barriga no balcão, como costumam dizer os veteranos do ramo, vai combinar, com mais intensidade, apostam fontes ouvidas pela coluna, o modelo digital+físico, que gerou o consumidor híbrido, e desafios para segmentos que vêm precisando operar com o caixa ligado a um aparelho de eletrocardiograma. “O varejo precisa observar três elementos em 2024: renda real,

confiança dos consumidores e crédito. O primeiro define o poder de compra das pessoas. No segundo, se os consumidores não estiverem confiantes, não vão gastar. O terceiro abrange as condições de acesso a crédito, da facilidade ao custo dos recursos”, receita Oscar Frank, economista-chefe da CDL Porto Alegre.

A economista-chefe da Fedcomércio-RS, Patrícia Palermo, pondera, adicionando mais variáveis que fogem do controle do chão da loja, como o processo de desinflação, que marcou e foi decisivo no desempenho deste ano, que será em ritmo menor em 2024 e vai influenciar as decisões do Banco Central (BC). O elemento mais decisivo será a questão fiscal, avisa ela: “Se o governo chutar o pau da barraca, vamos ter problemas. O BC pode continuar baixando os juros sem ter condições, devido ao descontrole inflacionário, o que é pior do que ficar baixando a taxa”.

Do lado dos varejistas, Arcione Piva, presidente do SindilojasPOA, avalia que o ano deve ser melhor e um dos motivos estaria associado ao clima, menos traumático que o de 2023, com chuvas, inundações e estiagem. Mas os comerciantes vão estar



Vendas vão depender de um consumidor que estará mais cauteloso na hora de efetuar as suas compras

com um olho na linha de frente, no balcão digital ou físico, e outro na conta para manter o negócio: “Isso está sempre na mesa. O aumento do ICMS, por exemplo, se vier, vai exigir revisão de

custos”. Já o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do RS (FCDL-RS), Vitor Augusto Koch, cobra mais segurança jurídica, sem surpresas de mudanças ou novas regras de

legislação. “Hoje não se tem e isso gera instabilidade na tomada de decisões”, cita Koch. Um exemplo é a desoneração da folha, que foi mantida, mas o governo pode judicializar a pauta.

Na loja: consumidor híbrido e IA

Três perguntas para Fabiano Zortéa, coordenador de Varejo do Sebrae-RS:

Minuto Varejo - O que vai definir 2024?

Fabiano Zortéa - Maior uso de inteligência artificial (IA). As ferramentas que serão mais usadas são de geração de texto, imagem e automatização de tarefas. O movimento com IA deve crescer de forma mais aplicável ao contexto dos negócios. Os varejistas precisam também dedicar mais tempo para a estratégia de oferta do produto/serviço, agregando mais serviços. O consumidor tende a escolher um produto/serviço que é novo, não é mais do mesmo ou é mais interessante.

MV - Digitalização e jornada do cliente: algo novo?

Zortéa - Vamos ter ofertas mais específicas de jornada híbrida, na qual o cliente seleciona no digital e experimenta na loja, algo como “escolha no online e teste/experimenta na loja”. Com um cenário em que o cliente quer otimizar seu tempo, essa jornada de compra pode ser interessante. É um movimento bom para clientes e varejistas.

A simbiose entre físico e virtual sustenta o novo mundo híbrido.

MV - Loja física ou tudo omnicanal?

Zortéa - O varejo físico ficará mais forte em 2024, desde que qualifique a presença digital. Criamos um mundo híbrido e, para fazer mais negócios, precisa atrair clientes pelos canais digitais, onde a audiência é o primeiro objetivo para trazer o cliente à loja física, para converter mais vendas neste ponto de contato.



A pergunta do milhão

Três perguntas para Eduardo Terra, presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) e membro de conselhos de Petz, O Boticário e AMPM:

Minuto Varejo - O varejo melhora em 2024?

Eduardo Terra - Esta é a pergunta do milhão. A resposta é: depende, porque o varejo tem tido um desempenho heterogêneo. Supermercados e farmácias tiveram um ano bom, já eletrodomésticos, não, mas com a perspectiva de redução de juros, devem ter uma melhora. Já setores que dependem de renda e emprego, é uma grande interrogação, pois vão depender da estabilização da reforma tributária, do cenário internacional e

da confiança de empresários e consumidores. Para mim, 2024 está mais para ser igual ou um pouco pior que 2023. Falo isso baseado em discussões de orçamentos e cenários em empresas que tenho acompanhado.

MV - Vamos ter expansões em 2024?

Terra - Esta resposta é mais fácil: não vai ser um ano de grande expansão. O custo do dinheiro está muito alto ainda, as empresas estão olhando para suas estruturas de capital e reduzindo dívidas. O custo financeiro machucou e ainda machuca bastante as operações. Será um ano de desaceleração da expansão do varejo como um todo. Mesmo os setores alimentar, de farmácia e pet, que têm



liderado a agenda de abertura de lojas, devem tirar o pé do acelerador.

MV - Loja física ou tudo omnicanal?

Terra - 2023 foi o ano da loja física. O próximo deve ser de continuidade, mas com fortalecimento da loja física que é omnicanal, mais digital, integrada e com mais dados. Não é a loja analógica. Já o e-commerce, que andou de lado este ano deve seguir neste ritmo em 2024.

VIVA SUA PAIXÃO PELO FUTEBOL



RESORTS DO INTER E GRÊMIO: UMA EXPERIÊNCIA IMERSIVA COM O SEU TIME DO CORAÇÃO



ESPORTE



Campo de futebol oficial, Arquibancada, Salas de aquecimento, Campo de futebol 7, Quadra poliesportiva, Quadra de tênis, Quadra de areia, Fitness center.

LAZER



Piscina Aquecida, Piscina com Prainha, SPA, Hidromassagem, Playgrounds, Mirantes, Trilhas.

LAGHETTO
SPORTS RESORT

laghettosr.com.br
54 3295 7333

ECONOMIA

INDÚSTRIA



CMPC/DIVULGAÇÃO/JC

CMPC investiu R\$ 2,75 bilhões em seu maior projeto de ampliação da produção com sustentabilidade, o BioCMPC

Ano para consolidar investimentos em expansão e sustentabilidade

Plantas gaúchas esperam concretizar projetos e avançar em resultados

Eduardo Torres
eduardo.torres@jcrs.com.br

Depois de um ano de final de ciclos de investimentos entre algumas das principais indústrias gaúchas, da produção de celulose ao setor petroquímico, chegando à produção de metais, 2024 promete ser o ano da “colheita” destes aportes.

É o caso da CMPC, em Guaíba, considerada atualmente a maior indústria gaúcha, e também aquela que levou adiante nos últimos anos o maior projeto de ampliação da produção com sustentabilidade.

O chamado BioCMPC, que

renovou diversos processos produtivos da celulose na planta gaúcha da empresa chilena com investimentos de R\$ 2,75 bilhões, garantirá em 2024 o aumento de 18% na capacidade produtiva da indústria, que chegará a 2,35 milhões de toneladas de celulose por ano, a partir da licença de operação liberada pela Fepam no final deste ano. Representa 50% de toda a produção mundial da CMPC.

Em momento de expansão da produção, também há perspectiva de incremento, em 2024, das operações portuárias para exportação do que a CMPC produz, com a possível concretização do investimento anunciado ainda em 2022 para a construção de um terminal exclusivo para a celulose, em São José do Norte, em parceria com a também chilena Neptune Ports. Os investimentos neste terminal,

que reforçaria o uso da hidrovía gaúcha já adotado pela empresa, é previsto em até R\$ 30 milhões.

Garantir a plena capacidade de produção, e a consequente maior movimentação da economia gaúcha a partir da produção de celulose, que envolve ainda o plantio de florestas e a movimentação portuária de exportação, a partir de Rio Grande, também dependerá de um reaquecimento do mercado internacional da celulose. De acordo com a empresa, 90% da produção gaúcha da CMPC é destinada à exportação, tendo os mercados asiáticos e europeus como principais compradores, no entanto, conforme levantamento do Departamento de Economia e Estatística (DEE), nos primeiros nove meses deste ano, houve redução de 18% nas vendas de celulose e papel gaúchos para o exterior.

Produção sustentável é prioridade em refinarias e no Polo Petroquímico

É também o caminho da sustentabilidade que a Braskem, no Polo Petroquímico de Triunfo, pretende reforçar em 2024. Neste ano, foi ampliada em 30% a capacidade de produção do eteno verde, o chamado plástico verde, que tem a sua única planta com produção 100% sustentável, a partir da cana de açúcar, em substituição aos produtos do petróleo, no mundo, aqui no Rio Grande do Sul. A perspectiva em 2024 é de exportação dessa tecnologia, com projetos de parceria já bem encaminhados na Ásia.

O plano poderá representar uma das saídas para o setor depois de um ano desfavorável para a produção química, de borracha

e plásticos no Estado. Em outra frente para reverter este ciclo em 2024, a Arlanxeo, que produz polibutadieno, que é base da produção de borrachas, investiu R\$ 500 milhões em avanços tecnológicos da sua produção no Polo de Triunfo. Conforme o DEE, nos primeiros nove meses de 2023, houve redução de mais de 30% nas exportações deste tipo de produto.

O próximo ano desenha-se também como um período de reforço no protagonismo das refinarias gaúchas a partir de investimentos iniciados em 2023 e que devem ser reforçados no próximo ano em projetos para “limpar” a produção incentivada pela Petrobras.

Em Canoas, a Refap pretende, em 2024 garantir a presença de pelo menos 5% de óleo vegetal, portanto, renovável, na composição do diesel que sai da refinaria. O ciclo de investimentos em combustíveis menos poluentes teve início este ano e chegará, em cinco anos, a R\$ 1,2 bilhão.

Já em Rio Grande, a Refinaria Riograndense está prestes a dar uma virada na sua produção, em 2024 será um ano decisivo neste processo. Neste ano, aconteceram os primeiros testes bem-sucedidos e, no próximo ano, acontecerá o teste industrial definitivo para a possível conversão da planta industrial na primeira biorrefinaria da Petrobras,

Fábrica de fertilizantes pronta para o fortalecimento do agro

Expectativa semelhante acontece em Rio Grande, onde a Yara Fertilizantes, ao concluir investimentos de R\$ 2 bilhões, teve sua capacidade produtiva de fertilizantes ampliada em quase 60%, saltando de 1,4 milhão de toneladas por ano para 2,2 milhões. Uma capacidade ainda não atingida em virtude da redução da demanda no agro brasileiro. No Rio Grande do Sul, a estiagem e as fortes chuvas de 2023 reduziram em pelo menos 7% as compras junto à fabricante. O Estado representa 25% das vendas da Yara.

De acordo com o diretor Operações da Yara na Região Sul, Lucas Enizalde, porém, a fábrica agora, com a

ampliação, está pronta para garantir um possível crescimento do setor, sem restrições de produção. A perspectiva para 2024 é de que a planta de Rio Grande, de onde já sai o chamado Yara-Basa, que é um fertilizante adequado à produção agrícola brasileira, invista ainda mais em desenvolvimento de produtos que garantam maior produtividade em menores faixas de terra.

“É uma questão de sustentabilidade, e o agro tem se adequado para garantir cada vez mais mercados. Neste aspecto, a tendência é de aumentar ainda mais a importância de adubos eficientes e adequados à realidade brasileira”, aponta Enizalde.

Tramontina e Gerdau finalizam aportes nas unidades gaúchas

Já na Serra, a Tramontina fechou em 2023 um ciclo de R\$ 300 milhões em investimentos nos últimos três anos, para garantir fôlego aos próximos anos, com a ampliação de um centro logístico em Garibaldi. A expectativa para 2024 é um crescimento de 10% em seus negócios. De acordo com o DEE, o setor de produtos de metal está entre os que tiveram maior redução na economia este ano. Um cenário que deve ser revertido no próximo ano, com maior

previsibilidade na economia.

A Gerdau encerrou em 2023 um ciclo de investimentos para modernizar suas plantas industriais em Charqueadas e Sapucaia do Sul, e chega a 2024 com a perspectiva de ampliar sua importância como maior recicladora de metais para a produção de aço na América Latina. Serão iniciadas ainda as desmontagens de duas plataformas que eram da Petrobras, em Rio Grande, para garantir competitividade à siderúrgica.



TÂNIA MEINERZ/JC

Próximo ano deve consolidar as ações já iniciadas nas refinarias gaúchas

que produzirá, entre outros produtos, diesel e combustível para a aviação a partir de óleo vegetal e reciclado, em substituição aos

derivados do petróleo. A perspectiva é de investimentos de até R\$ 2,5 bilhões na transformação da refinaria.

INDÚSTRIA

Fiergs vê 2024 como um cenário de incertezas

Entidade prevê que o PIB gaúcho cresça mais do que o nacional

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Depois de considerar como “difícil” para os segmentos industriais do Rio Grande do Sul e do Brasil o período de 2023, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) projeta um cenário de “incertezas” para o próximo ano. Contudo, mesmo com esse sentimento de indefinições, a entidade prevê crescimentos dos PIBs nacional e gaúcho na ordem, respectivamente, de 1,5% e 4,7%.

Mas, apesar da expectativa de um incremento da economia do Estado três vezes maior que a do País, o desempenho regional também dependerá de algo que pode variar: o clima. O presidente da Fiergs, Gilberto Petry, detalha que a evolução do PIB gaúcho em 2024 será sustentada

fundamentalmente pelo agronegócio, que tem a perspectiva de apresentar um ótimo desempenho. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima uma produção estadual de cerca de 41 milhões de toneladas de grãos para o próximo ano, uma alta relevante se comparada com 2023, que deve alcançar em torno de 28 milhões de toneladas. “O problema é que não temos uma linha direta com São Pedro”, brinca Petry.

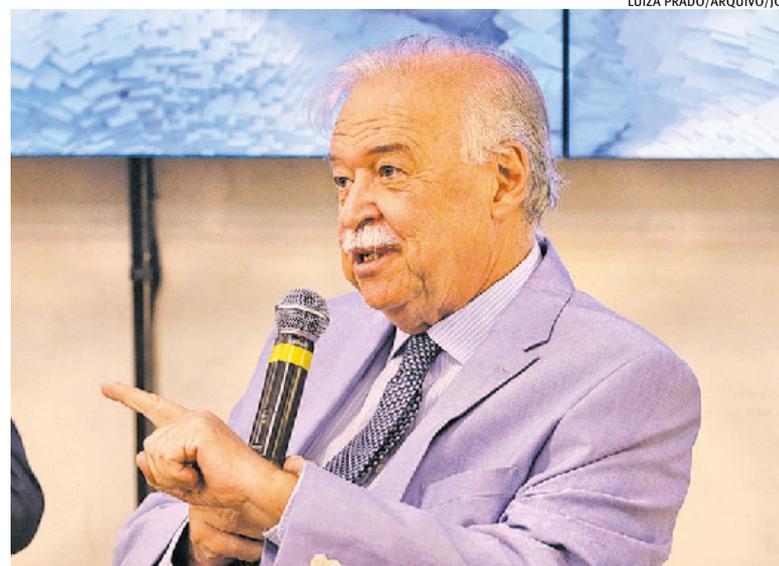
Somente quanto ao PIB da Agropecuária, a Fiergs calcula que o Rio Grande do Sul deve registrar um incremento de 37,1% em 2024, contra 1,8% da Indústria e 1,5% do segmento de Serviço.

Ainda sobre as questões que geram certa apreensão ao industrial gaúcho, o presidente da Fiergs cita a proposta do governo gaúcho de subir as alíquotas do ICMS. “Esse aumento, se para o Estado é importante para refazer o seu caixa, para nós (indústria)

atrapalha a nossa estrutura produtiva”, argumenta o dirigente.

Ele adverte que elevações de carga tributária podem afetar a competitividade da indústria. “Ninguém investe se não tiver oportunidade de retorno”, enfatiza Petry. Já o economista-chefe da Fiergs, Giovanni Baggio, reforça que a percepção de incerteza é facilmente sentida por meio do nível de confiança manifestado pelos empresários industriais do Rio Grande do Sul. “Desde o final do ano passado, houve um tombo no índice de confiança que conduzimos dentro da Fiergs e sem confiança os empresários não investem”, argumenta o economista.

Em novembro, esse indicador ficou em 47,9, ou seja, abaixo de 50, o que demonstra pessimismo do empresariado. Baggio acrescenta que o investimento depende de condições financeiras favoráveis, especialmente, de crédito e juros e uma esperança no crescimento futuro. “E os empresários estão com uma série de dúvidas



LUIZA PRADO/ARQUIVO/JC

Gilberto Petry acredita em maior crescimento no RS, influenciado pelo agro

quanto a isso”, aponta.

As dúvidas econômicas não estão restritas apenas ao cenário local. O economista-chefe da Fiergs frisa que na questão internacional, depois de uma forte recuperação em 2021, se vê agora uma moderação do crescimento. Entre os fatores que contribuíram

para isso, ele menciona problemas energéticos globais, conflitos geopolíticos e preços em elevação de commodities. “Isso fez com que os bancos centrais tivessem que agir e a política monetária apertada, no mundo, fez a atividade arrefecer”, explica o economista.

EMPREENDEDORISMO

Economia de baixo impacto é eixo para empreender

O ESG seguirá na pauta dos negócios, com foco na transparência e conexão com os consumidores

Isadora Jacoby

isadora@jornaldocomercio.com.br

“O fundamental não é que o ESG está na boca do empreendedor, mas do consumidor. As empresas que não se adaptarem

terão problemas”, projeta André Godoy, superintendente do Sebrae-RS, sobre um dos temas-chave para o empreendedorismo em 2024. Se ao longo de 2023 as discussões sobre clima, impacto ambiental e diversidade ganharam força, no próximo devem ter ainda mais relevância para os negócios.

De acordo com Godoy, na perspectiva das micro e pequenas empresas, a principal tendência para 2024 é o foco na

nova economia, com destaque para a experiência de consumo. “Pequenos negócios têm que incorporar experiências de relacionamento com seus clientes procurando fidelizar essa relação”, pontua o superintendente do Sebrae-RS. Para Godoy, um dos grandes pontos de atenção é a chegada das gerações mais novas ao mercado consumidor. Essas gerações fortalecem no mercado a exigência de transparência e fidelidade com os

valores, eixo fundamental para a longevidade das empresas, garante Godoy. Nesta perspectiva, o ESG (sigla que corresponde às ações ambientais, sociais e de governança de uma empresa) seguirá em pauta.

Já para as startups, o foco deve seguir no uso da Inteligência Artificial (IA) na hora de solucionar as dores dos consumidores, além de contribuir para inovação nas empresas mais tradicionais. “Elas deverão focar

muito em soluções que possam incorporar tecnologias disruptivas para prover soluções para o mercado de consumo, especialmente relacionado a negócios mais avançados. Atuar com soluções que incorporem IA para melhorar a experiência de seus consumidores, inclusive voltados para as perspectivas de eles serem fornecedores para médias e pequenas empresas”, destaca o superintendente do Sebrae-RS.

Parabéns, Feevale Techpark!



Neste dia 13/12, o Parque Tecnológico da Feevale comemora 19 anos de história! Veja o impacto do parque para a comunidade ao longo do último ano:

- + 250 milhões de reais movimentados
- + 700 empregos gerados
- + 110 empresas instaladas

Saiba mais sobre o Feevale Techpark em feevaletechpark.com.br



ECONOMIA

METALMECÂNICO

Indústria da Serra fortalece estratégias de descarbonização

Grandes players mundiais e pequenos negócios consolidam investimentos em produtos e serviços para marcar presença no mercado da transição energética

Roberto Hunoff, de Caxias do Sul
economia@jornaldocomercio.com.br

Os compromissos que vêm sendo assumidos mundialmente por diferentes segmentos da sociedade de mitigar ao máximo as consequências da crise climática, decorrência do aumento de emissões de gases de efeito estufa, do desmatamento, da poluição do solo e da água e da queima de combustíveis fósseis, têm repercutido na indústria metalmeccânica da Serra Gaúcha, de modo especial nas marcas presentes na mobilidade. Randoncorp e Marcopolo, pioneiras em seus segmentos, transporte de passageiros e de cargas, têm se tornado inovadores em produtos que contemplam, primordialmente, sustentabilidade, de forma a contribuir para um meio ambiente mais saudável e limpo.

Liberado para venda em escala comercial no final de 2022, o e-Sys é o primeiro módulo de tração auxiliar com motor elétrico para veículos rebocados da América Latina. A solução foi desenvolvida pela Suspensys, controlada da Randoncorp, e



MARCOPOLO/DIVULGAÇÃO/JC



RANDCORP/DIVULGAÇÃO/JC

Attivi e Hybrid R são soluções apresentadas para avançar em transição energética nos transportes de passageiros e de cargas

em aplicação em implementos pesados, que ganham a denominação de Hybrid R. O módulo utiliza sistema auxiliar de recuperação de energia gerada durante a frenagem em descidas, capacitando a carreta a ajudar o caminhão a transpor aclives de forma mais eficaz e segura. Dependendo da aplicação, das condições da rodovia e do tipo de carga transportada, o novo sistema gera economia de combustível que pode chegar a até 25%, propiciando, também, menor desgaste dos componentes e de emissão de resíduos no meio ambiente.

De acordo com Claude Padilha, diretor de vendas, marketing e gestão de rede da Randon, para 2024 estão mapeadas mais de 70 oportunidades de negócios, algumas já fechadas. Em 2023, as principais vendas envolveram a CMPC e Tomasi, no Brasil, e diversos embarques

para o Chile. As principais negociações têm ocorrido com grandes geradores de cargas, principalmente nos segmentos de carga geral industrializada, com uso de baús e sidlers frigoríficos ou não, e florestal. “As empresas geradoras de carga nestes segmentos já têm esta visão de sustentabilidade com abrangência global”, observa.

Padilha indica as longas distâncias percorridas com caminhões extrapesados como as aplicações que mais têm despertado a atenção dos clientes, pois o sistema contribui na elevação da autonomia dos veículos. A Marcopolo entregou, em 2023, em torno de 30 unidades do ônibus elétrico integral Attivi para a realização de testes no sistema do transporte público urbano das principais capitais, como São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Manaus, além de cidades, como Angra dos Reis e

São José dos Campos. De acordo com Luciano Resner, diretor de engenharia, há um movimento significativo nas prefeituras para encaminhar licitações em 2024. “O movimento é crescente e também há mobilização para dotar as cidades da infraestrutura necessária para atender a frota de elétricos”, assinala.

A demanda pelo elétrico também fez a Marcopolo tomar decisões estratégicas. No início do mês anunciou investimento de R\$ 50 milhões para agregar linha de montagem específica na fábrica de São Mateus (ES). “Quando se decidiu pelo elétrico, já tínhamos uma visão de mercado interessante, tendo por base os exemplos da China e Europa”, cita.

O executivo argumenta que o ônibus elétrico traz uma série de vantagens operacionais e de sustentabilidade no transporte

coletivo urbano. Usa como exemplo o relato de gestores da cidade de São José dos Campos, onde, em parceria com a BYD, estão em testes 11 articulados há um ano. “O prefeito reporta aumento no número de passageiros, atraídos pelo conforto oferecido, e ganhos operacionais acima de 30% em razão da energia ser barata que o diesel”, afirma.

Resner admite que o veículo elétrico se adequa mais às grandes cidades. Em municípios menores e áreas rurais, destaca que outras tecnologias sustentáveis, como o biometano e o etanol, são mais apropriadas. O veículo movido a biometano já está homologado e circulando em algumas cidades, bastando ajustar a infraestrutura de abastecimento. Para o próximo ano projeta avanços no sistema híbrido e, para dentro de dois anos, do hidrogênio verde.

Caminhão hibridizado terá produção em 2024

Os sócios-proprietários Henrique Petry e Henrique Eckert estão à frente da H2Tech, idealizadora da hibridização de caminhões a partir do desenvolvimento da tecnologia E-TRAX. O conjunto, formado por motor elétrico, unidade de controle, baterias de lítio e transmissão

de força, é acoplado ao veículo à combustão, aumentando a eficiência, ao adicionar potência, reduzindo o consumo de combustível entre 20% a 30% e a emissão de CO₂ e dos gases de efeito estufa.

Até chegar ao produto, a

empresa, com sede em Caxias do Sul desde o início do ano, rodou com um protótipo para teste. Para 2024 está garantida uma carteira de 15 pedidos do kit. O equipamento tem como foco central a atual frota circulante, de quase 2 milhões de caminhões.

A instalação é feita em área locada junto à TRD Transportes, que equipou um de seus caminhões com a solução. Uma planta fabril futura está em análise. O E-TRAX funciona a partir do acionamento do freio e do acelerador. Quando o veículo está em trajeto de descida, o sistema opera para ajudar na frenagem e recarregar baterias. Em subida, utiliza a energia armazenada nas baterias para auxiliar na tração, o que diminui o esforço do motor diesel, reduzindo o consumo e a emissão de poluentes.

H2TECH/DIVULGAÇÃO/JC



Sistema tem foco principal na frota circulante de caminhões

Rota do veículo elétrico atende regiões da Serra e do Litoral

Com mais de 50 anos no mercado de materiais elétricos, a Magnani Luz e Energia iniciou seu rumo à transição energética em 2012, quando investiu na energia solar. Uma década após, a empresa de Caxias do Sul criou a 1ª Rota do Veículo Elétrico do Rio Grande do Sul, que atualmente dispõe de 10 pontos de recarga e prepara a abertura de mais seis para 2024.

Os locais estão instalados em áreas de conveniência, como postos de combustível, shoppings e restaurantes de cidades da Serra e do Litoral Norte. A empresa também atua na implantação

de sistemas de recarga em condomínios e empreendimentos comerciais.

De acordo com Carlos Magnani, diretor de eficiência energética, já foram feitas mais de 3 mil recargas, 1.344 de janeiro a setembro deste ano. “O mercado para a infraestrutura de recarga é de crescimento exponencial”, diz.

Até agora, o abastecimento é feito sem custo para o proprietário do veículo, mas a situação deve mudar, devido à demanda. Com a cobrança, a empresa projeta que a rota seja estendida para outras regiões.

INDÚSTRIA

Calçadistas projetam alta de 2,2% na produção para 2024

Segmento espera alcançar 857,8 milhões de pares no País

Bárbara Lima
barbaral@jcrs.com.br

O setor calçadista espera crescer 2,2% a produção de calçados em 2024, alcançando 857,8 milhões de pares no País, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados). A perspectiva de resultado positivo para a indústria ocorre após um ano de queda de 1,1% na produção, quando o setor confeccionou 839,3 milhões de pares. A Abicalçados também projeta um aumento de 0,9% na exportação.

Embora não seja possível precisar o número de empregos que podem ser gerados desse crescimento, de acordo com o presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, a “expectativa de um crescimento de 2,2% na produção de calçados,



FREDY VIEIRA/ARQUIVO/CIDADES

Queda do veto à desoneração da folha salarial renova o ânimo do setor

se confirmada, terá reflexos no estoque de emprego”. Ferreira avaliou, ainda, que a redução da alíquota de ICMS para 3%, medida tomada pelo governador em setembro, terá impactos positivos ano que vem. “Todas as medidas que diminuem a carga tributária sobre o setor industrial são muito bem-vindas. A questão, certamente, trará melhores condições de competitividade para as indústrias de calçados do Rio Grande do Sul”.

Além disso, ele destacou que uma das tendências para o próximo ano é a robotização e a busca por materiais ecorresponsáveis e de reuso. “A indústria que quiser sobreviver em um mercado cada vez mais concorrido, precisa investir em processos mais enxutos e tecnológicos que melhorem a produtividade. As empresas também estão encarando a sustentabilidade como fator importante de competitividade”, disse, ressaltando que o setor está

avanzando na agenda ESG, com a certificação Origem Sustentável, mantida em parceria com a associação que representa os fornecedores de materiais (Assintecal).

Um dos principais desafios para o setor no próximo ano é a regulação das plataformas internacionais de e-commerce, que hoje estão isentas de impostos de importação em remessas de até US\$ 50.

“É a faixa de preço que pega, justamente, o calçado. A indústria calçadista brasileira, desde agosto, quando foi posta em prática a medida, vem sofrendo muito com a concorrência desleal desses produtos”, ponderou Ferreira.

O presidente-executivo da Abicalçados comemorou, ainda, a renovação da política de desoneração da folha de pagamentos, após a derrubada do veto do presidente Lula à matéria.

Hoje, o Brasil conta com 4 mil indústrias de calçados. O Rio Grande do Sul é o segundo Estado que mais concentra fábricas

no País. O presidente-executivo Haroldo Ferreira ressaltou que os setores que são desonerados contribuem, diretamente, com mais de 9 milhões de empregos no País. Somente no setor calçadista, contando a cadeia produtiva integrada, são mais de 1 milhão de empregos diretos e indiretos.

Segundo ele, diferentemente do que alegam os contrários à política, os setores desonerados apresentaram mais que o dobro de crescimento em emprego, em comparação aos segmentos reonerados, entre 2018 e 2022 (crescimento de 15,5% ante 6,8% no período).

Ele explica que no setor coureiro-calçadista o impacto seria uma carga tributária extra de mais de R\$ 700 milhões por ano. Já no emprego, o impacto seria de cerca de 20 mil postos perdidos em um ano. “Além disso, se houvesse a reoneração, teríamos pressão sobre custos e, consequentemente, sobre a inflação”, acrescentou o executivo.

Final de ano é aquele momento em que a gente para pra pensar um pouco e fazer um balanço.

Pra **VALORIZAR** todas as coisas boas que aconteceram. E também pra valorizar os desafios que nos fizeram crescer e seguir em frente.

Para o **Sindicato Médico do Rio Grande do Sul**, este foi um ano de grandes **VITÓRIAS**, de grandes aprendizados e, **MAIS DO QUE NUNCA**, da luta pela **VALORIZAÇÃO DOS MÉDICOS**

Juntos celebramos a dedicação à saúde e à Medicina, celebramos a **VIDA.**

simers
Sindicato Médico do Rio Grande do Sul

Defender **os médicos** é defender **a saúde**



Previsão é de que a reforma tributária passe por regulamentação no início do próximo ano Legislativo

Proposta de Emenda Constitucional que simplifica tributação foi aprovada no Congresso

Caren Mello, com agências
caren.mello@jcrs.com.br

Com votação em dois turnos concluída na sexta-feira, 15 de dezembro, na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional da reforma tributária (PEC 45/2019), dependerá agora de regulamentação.

O relator, deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), depois de muita negociação, colocaram o tema ao plenário, que concluiu a votação.

Foram 365 votos de deputados federais a favor, 116 contra e uma abstenção. Os parlamentares votaram dois destaques antes de concluir a análise da matéria.

O primeiro manteve o texto original, mas o segundo retirou as armas e munições do imposto seletivo, por 293 votos a favor e 193 contrários.

Como a reforma tributária não sofreu alterações de mérito em relação ao texto aprovado pelo Senado Federal, o Congresso Nacional deverá promulgar a emenda constitucional da reforma tributária ainda nesta semana. A expectativa foi confirmada pelo deputado federal José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara.

Com o fim da votação, o Congresso conclui mais de 30 anos de discussões, após sucessivas propostas que não



Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira colocou a PEC em votação em dois turnos antes do recesso

prosperaram nas últimas décadas.

“Neste momento histórico em que muitos de nós perguntamos se está acontecendo, o parlamento brasileiro entregou um novo sistema tributário. Esse sistema que nós temos está falido há muito tempo. A carga (tributária) é altíssima no País, mas estamos reduzindo porque aumentamos a base de arrecadação. Hoje, quem paga são os que menos têm e mais precisam”, declarou o relator da reforma e líder da maioria na Câmara, deputado Aginaldo Ribeiro.

Os destaques aprovados na Câmara mantiveram incentivos ao setor automotivo e a fabricantes de baterias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e reinstituíram a autorização

para que o salário de auditores-fiscais estaduais e municipais sejam igualados aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os destaques rejeitados impediram alterações em relação ao texto do relator. Os parlamentares não reincluíram os regimes específicos para os setores de saneamento e concessão de rodovias.

O imposto seletivo incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Embora a tramitação tenha sido finalizada antes do recesso parlamentar, o tema certamente seguirá na pauta nacional no próximo ano.

O processo terá continuidade em 2024, com a regulamentação da reforma, que simplifica o sistema de tributação no

Brasil após décadas de discussões.

A atualização da cobrança de impostos dependerá ainda de uma série de leis complementares a serem encaminhadas para a regulamentação.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, anunciou quatro projetos de lei complementar posteriores.

Serão enviadas ao Congresso Nacional assim que aberto o ano Legislativo de 2024, em fevereiro, sem usar o prazo de 180 dias.

O mais importante é o que versa sobre o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, além da regulamentação do Conselho ou Comitê Gestor, que será o responsável pelo recolhimento e distribuição do Imposto

sobre Bens e Serviços (IBS), e as regras para os créditos acumulados de ICMS, que será substituído pelo IBS.

Também necessitarão de regulamentação o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Imposto Seletivo.

Em relação às alíquotas do IBS, os governos estaduais poderão deliberar por lei complementar. Caso não o façam, prevalecerá a alíquota de referência definida nacionalmente.

Já o Conselho definirá as políticas fiscais e tributárias dos governos locais de acordo com a população de cada estado e municípios.

De acordo com a Agência Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou a aprovação do texto-base da reforma tributária. “O Brasil amadureceu, sabe que precisava enfrentar essa agenda que é a mais importante das reformas porque organiza o sistema produtivo, coloca o Brasil em compasso com o que tem de mais moderno no mundo”, disse o ministro. “Estamos no meio de uma jornada, mas os passos que foram dados são muito significativos”, acrescentou.

“São 40 anos que se fala em reforma tributária no Brasil. Já houve várias tentativas (antes)”, completou o ministro. O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro, Gabriel Quintanilha é advogado especializado em Planejamento Tributário. Ele destaca a grandeza do projeto, considerando as mudanças que trará. “Estamos falando da maior emenda constitucional da história”, diz ele.

Simplificação de tributos deverá alavancar o desenvolvimento econômico do País

O economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sérgio Gobetti, destaca a importância da reforma tributária para o desenvolvimento econômico do Brasil.

“O País anseia por corrigir as distorções, e não conheço uma proposta que tenha sido tão discutida”, avalia. O período de transição, a trava na carga tributária e o período e os setores com a alíquota reduzida estiveram no centro das discussões.

Assessor da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) do Rio

Grande do Sul, Gobetti defende a construção da reforma, assim como também avaliam organismos internacionais, e ressalta os benefícios com a criação do IVA.

O ideal, segundo ele, seria o imposto com um alíquota maior e devolução através de instrumentos como cashback.

“Este é o consenso de 90% dos economistas. E aqueles contrários vão identificar os benefícios na medida em que os programas vão se consolidando. A política de devolução é mais eficaz”, diz o economista.

A previsão, segundo ele, é de que os projetos de lei que tratam da regulamentação comecem a chegar já no final do primeiro semestre de 2024, após a promulgação neste ano.

O Congresso Nacional receberá os projetos para as normas gerais do IBS e do CBS. E, também, o imposto seletivo, que substitui parte da arrecadação do IPI, e do Comitê Federativo, cuja autonomia já está determinada. “A partir de agora, haverá mais detalhamentos propositivos.”

Gobetti festeja a aprovação de um texto que vem corrigir distorções históricas e que só existem no Brasil, como no caso da maior oneração do setor da indústria, isenção de lucros e dividendos ou três esferas de tributação. E acredita que o Rio Grande do Sul será um dos estados mais beneficiados com ganho de arrecadação. “Ninguém gosta de pagar tributo, mas essas mudanças ficarão pesadas no curto prazo, em 5 anos, mas os benefícios futuros serão enormes”, aponta.



Gobetti entende que a PEC corrigirá distorções históricas



CAPACITAMOS HOJE OS
JOVENS
QUE VÃO ESTAR À FRENTE DO
**MERCADO
CORPORATIVO**
AMANHÃ.

Aqui no **CIEE-RS**, o nosso negócio é gerar oportunidades para os jovens de todo o Estado.

Investir em educação é transformar a realidade dos jovens e das suas famílias. Por isso, incentivamos o aprendizado constante e entendemos que a **educação abre portas para a inovação social**.

Ao lado de parceiros que, como a gente, acreditam que a **força do conhecimento** deve ser **compartilhada** com todas as pessoas, geramos novas possibilidades todos os dias.

Que em **2024** você também faça parte da nossa história, **unindo ideias e movendo futuros**.



@ciee_rs



@cieers



ciee-rs



ciee-rs



www.somosconjuntos.org.br/

con-
jun-
tos



ECONOMIA

CONSTRUÇÃO CIVIL

Crescimento do setor da construção civil vai depender de condições favoráveis na economia

Construção emprega no Rio Grande do Sul cerca de 700 mil pessoas

Cláudio Isaías

isaiasc@jcrs.com.br

O crescimento do setor da construção civil em 2024 vai depender de condições mais favoráveis nas decisões macroeconômicas em nível nacional. A Taxa Selic, que mantém uma tendência de queda – com reduções pontuais de meio por cento, por exemplo, como comprovado no último corte do Banco Central, ocorrido no dia 13 de dezembro, quando a taxa básica de juros caiu de 12,25% para 11,75% – é fator que favorece o acesso ao crédito imobiliário.

A análise é do presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS), Cláudio Teitelbaum, ao destacar que espera que a nova reforma tributária, recém-aprovada, não implique em aumento de impostos.

“O setor já possui uma carga tributária limite superior ao que as empresas podem pagar”, comenta.

O dirigente do Sinduscon/RS disse que o pós-pandemia da Covid-19 resultou em um crescimento forte da construção civil.

“Tivemos de oito a nove trimestres consecutivos de alta no Caged. O setor cresceu nos últimos dois anos quase o dobro do PIB Nacional”, acrescenta.

A construção civil emprega de forma direta 120 mil pessoas no Rio Grande do Sul. “Temos para cada emprego direto quatro indiretos o que totaliza 700 mil empregos diretos e indiretos no Estado”, comenta. Teitelbaum explica que os números da construção civil representam quase 20% da indústria gaúcha.

Com relação a Porto Alegre, Teitelbaum afirma que as políticas da prefeitura são positivas para o setor, como é o caso de projetos de revisão do Plano Diretor específicos para o 4º Distrito e o Centro Histórico, já aprovados e em vigor.

O crescimento do Minha Casa, Minha Vida e de habitações de interesse social em zonas com mais infraestrutura também ajuda.

Segundo dados divulgados em novembro pelo Panorama do



Segmento espera mudanças que estimulem o desenvolvimento, como a redução da taxa básica de juros da economia

Mercado Imobiliário - Porto Alegre, elaborado mensalmente pelo Sinduscon-RS, a taxa de velocidade de vendas de imóveis novos na Capital foi de 7,7% em setembro, superior à média dos últimos seis meses (7,5%) e dos últimos 12 meses (6,3%), mostrando que o mercado segue aquecido na cidade.

Teitelbaum afirmou ainda que espera que em 2024 não haja uma elevação da inflação, o que poderá resultar em aumento de custos dos materiais e da mão de obra. “Tudo isso encarece os empreendimentos e ao mesmo tempo o aumento da taxa de juro acaba por diminuir o poder compra do consumidor e a capacidade de tomada de financiamento das empresas da construção civil”, acrescenta.



Teitelbaum destaca que a construção representa quase 20% da indústria do RS

Comportamento da inflação vai ditar futuros financiamentos de imóveis no Estado

O comportamento da inflação vai ditar o financiamento dos imóveis em 2024 no Rio Grande do Sul. Se a inflação continuar a baixar a expectativa é de que a taxa de juros também tenha uma redução e com isso haverá

um ambiente favorável aos negócios no setor imobiliário. A previsão é do presidente do Sindicato da Habitação, representa as empresas imobiliárias e os condomínios no Rio Grande do Sul (Secovi/RS) e da Associação

Gaúcha das Empresas do Mercado Imobiliário (Agademi), Moacyr Schukster. “Com a redução da taxa de juros melhoram os negócios o que acaba por favorecer a prestação dos compradores”, destaca.

Para Schukster, a expectativa do setor é que a taxa de juros continue a baixar salvo que alguma situação interfira na economia brasileira e a inflação volte a subir. “Com o juro baixo, o financiamento imobiliário será facilitado para os compradores”, explica. Sobre a quantidade de imóveis a disposição no mercado, o presidente do Secovi/Agademi afirma que existe um bom estoque de imóveis usados em todo o Brasil. “Os negócios com imóveis usados continuarão a ser realizados. Não teremos grandes modificações no portfólio de vendas das imobiliárias: imóveis usados ou novos.

Com relação aos imóveis novos, Schukster afirma que existe uma clientela basicamente restrita a pessoas que tem uma renda maior. “Não teremos grandes alterações nos negócios com os chamados imóveis de luxo ou de semiluxo”, explica. Agora, com relação ao mercado relacionado ao Minha Casa, Minha Vida, o presidente do Secovi/Agademi destaca que continuarão sendo realizados bons negócios. Já com relação aos imóveis que estão na faixa de R\$ 500 mil a R\$ 2 milhões destinado a classe média, o dirigente do Secovi/Agademi afirma que será um ano estável. “Com a queda de juros, a previsão é de um acréscimo nas vendas de 2% a 3% em 2024. Não é muito mas é algo significativo para imóveis de compra e venda”, acrescenta.

Sobre a locação, o presidente do Secovi disse que a

tendência é que o mercado de locação continue a crescer em 2024. “No próximo ano, a previsão é de um aumento no preço das locações que poderá ficar em torno de 5% a 6% dependendo do estado do imóvel”, comenta. Conforme Schukster, não falta imóveis para locação no Rio Grande do Sul. O Sindicato conta com representações em 400 cidades gaúchas.

O presidente do Secovi/Agademi destaca que há também a geopolítica internacional como a questão da Argentina que está com problemas na sua economia, a guerra da Rússia com a Ucrânia e o conflito no Oriente Médio entre Israel e Hamas, o que acaba por “perturbar o movimento de comércio internacional. No Brasil, segundo Schukster, quem deseja empreender precisa ficar atento as medidas do governo federal na economia.



Schukster avalia que preços devem subir a partir do mês de março



Proamb reafirma liderança em soluções ambientais projetando inovação e expansão para 2024

Combinando atitude, planejamento e comprometimento, a Proamb construiu, em 2023, mais um ano marcante em sua história que já ultrapassa os 30 anos de atuação e credibilidade. Consolidada na posição de líder em soluções ambientais no Rio Grande do Sul, vem mostrando ao mercado a complexidade e a excelência de suas unidades de negócio, atendendo com competência quem confia em seus serviços. A rede de parceiros vem crescendo de forma qualitativa e também quantitativa – o ano deve encerrar com crescimento superior a 15% nos negócios.

Ainda comemorando as conquistas assinaladas, a Proamb ajusta o foco no planejamento para um 2024 de realizações igualmente impressionantes. Almejando a continuidade da trajetória ascendente dos números, deve concluir, em fevereiro, a ampliação de sua Central de Disposição de Resíduos, localizada no município

de Pinto Bandeira, onde são recebidos resíduos de Classe I e Classe II A. Em março do próximo ano inicia, também, um movimento de inovação na unidade de Coprocessamento, em Nova Santa Rita.

Credenciada como uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Proamb protagoniza um projeto pioneiro para a produção de um produto exclusivo em toda a América Latina. Esse investimento permite aumentar ainda mais a substituição térmica nos fornos da indústria cimentaria, contribuindo de forma muito relevante para a questão ambiental, com a redução de consumo de combustíveis fósseis – ou seja, promovendo a eliminação do passivo ambiental e a economia dos recursos não-renováveis.

Auto desafiada a evoluir em seu movimento de ampliação, a Proamb vem expandido para todas as regiões do Rio Grande do Sul o compromisso com a gestão ambiental. Está previsto para 2024 o início da aplicação de investimentos na ordem de R\$ 15 milhões em uma nova unidade de recebimento de resíduos no município de Montenegro. O estudo de impacto ambiental já está aprovado pela FEPAM e, em breve, será homologada a licença de instalação, permitindo o início da estruturação do espaço de 46 hectares, estrategicamente posicionado para atender o mercado com eficiência, competitividade e responsabilidade.

Esse mesmo compromisso está presente no Centro de Análises Ambientais, equipado com o que há de mais atual no segmento, e no departamento de Engenharia: reestruturado, avança com inteligência no mercado. Também a unidade de educação segue ativa no compromisso de deixar pessoas melhores para o mundo, oferecendo o primeiro MBA em Neuroestratégia do Rio Grande do Sul, bem como uma série de outras oportunidades de formação e qualificação.

Planejamento. Foco. Trabalho. Determinação. Propósito. Conquistas. Realizações. A Proamb está se preparando para futuro de grandes resultados. Vamos crescer juntos?

Líder em Soluções Ambientais no Rio Grande do Sul



Coprocessamento



Central de Disposição de Resíduos

Acesse e conheça as unidades de serviço da Proamb



Engenharia



Área de Transbordo



Laboratório de Análises Ambientais



Educação



FIEMA Brasil

www.proamb.com.br
(54) 3055.8700





Pensar a cidade

Bruna Suptitz
contato@pensaracidade.com

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

Plano Diretor da Capital terá protagonismo no debate eleitoral

Revisão da lei que rege o planejamento urbano em Porto Alegre será enviada ao Legislativo após o pleito de 2024

Dos assuntos que estarão na pauta das eleições municipais de 2024 em Porto Alegre, um já está carimbado: o Plano Diretor. Isso porque o prefeito Sebastião Melo (MDB) decidiu que enviará para a Câmara a proposta de revisão da lei somente após as eleições municipais “mesmo que (o projeto) fique pronto antes”.

Pelo calendário da prefeitura, dezembro de 2023 marcará a realização da audiência pública, seguida do envio do projeto de lei para a Câmara. No entanto, segundo o governo, o texto que será enviado ao Legislativo ainda não está pronto. “Não concluímos a elaboração da minuta porque entendemos que restam pendentes alguns momentos de debate”, informa o secretário de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Germano Bremm, que está à frente dos trabalhos da revisão.

O cenário repete a projeção feita para o ano de 2020, quando se esperava que o trâmite dessa matéria tivesse espaço no debate eleitoral. No entanto,

a pandemia de Covid-19, que ditou o rumo das discussões naquele pleito, motivou a suspensão temporária da revisão da lei que trata do planejamento urbano da cidade. O Plano Diretor pouco foi lembrado na campanha.

Em 2020, a atenção do público estava focada nos assuntos em torno da pandemia. Também contribuiu para a falta de

espaço dedicado ao Plano Diretor o fato da revisão estar ainda em estágio inicial. O processo havia começado no segundo semestre de 2019 com oficinas comunitárias e foi suspenso logo no início de 2020, em março, devido à crise sanitária. As atividades participativas foram retomadas no fim de 2021.

Mas, se há quatro anos o Plano Diretor apareceu de

maneira tímida nas propagandas de rádio e televisão, sendo abordado pelos candidatos apenas quando provocadas por adversários ou pela imprensa, a expectativa é que no próximo ano as campanhas eleitorais dediquem maior protagonismo ao assunto.

Essa avaliação explica, em parte, a decisão de Melo de postergar o envio do projeto para

a Câmara - e assim empurrar a apreciação da matéria para o fim do próximo ano. Há um grande receio, por parte do prefeito, de “contaminar um debate que é do presente e do futuro da cidade”. O inverso também é válido, já que há receio, ainda que não tão explícito, de que um assunto polêmico como o Plano Diretor domine a eleição.

Uma vez que estiver no Legislativo, a proposta de alteração da lei será tratada publicamente e receberá mais atenção da mídia, dos movimentos sociais, das entidades empresariais e, especialmente, dos vereadores. Se esse momento coincidir com a campanha à prefeitura e à Câmara, as negociações das alianças partidárias tendem a se confundir com o apoio ou não ao projeto de lei.

Soma-se a isso o contexto atual da revisão: desde outubro está suspenso o funcionamento do Conselho do Plano Diretor, atendendo a uma determinação da Justiça para realizar eleição e escolher novos representantes da sociedade para compor o colegiado. Contudo, a liminar que trata do caso coloca dúvida sobre a validade do andamento do processo até o momento, o que motiva a decisão da prefeitura de frear o trâmite.



PEDRO PIEGAS/PMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Movimentação de participantes na Conferência de Revisão do Plano Diretor da Capital, que ocorreu em novembro na Pucrs

Porto Alegre +: debate profícuo para a cidade

“O importante para nós é que saia um Plano Diretor bem conversado”, sustenta Claudio Teitelbaum, presidente do Sinduscon-RS, sobre postergar o envio da proposta de revisão para a Câmara para depois das eleições municipais de 2024. “Temos que fugir da politização, (pois) o Plano Diretor é uma decisão técnica”, sustenta.

Empresário do setor da construção civil, Teitelbaum é o porta-voz do movimento Porto Alegre +, que reúne mais de 40 entidades representativas do comércio e varejo, indústria, serviços, turismo, urbanismo, empreendedorismo e inovação na cidade. Lançada em novembro deste ano, a iniciativa busca contribuir com a prefeitura nos debates envolvendo a tramitação e a implementação da lei que rege o planejamento urbano na Capital.

Alinhado com a condução que o governo municipal dá para a pauta, o movimento Porto Alegre +, embora reconheça a validade da decisão judicial, avalia que ela se deu “abastecida por (argumentos de) movimentos políticos que parecem ser contra o desenvolvimento da cidade”. Assim, o porta-voz entende que o adiamento “é prudente em nome da segurança jurídica do processo”, explica.

Sobre os quatro anos em que a lei está em discussão, Teitelbaum aponta o entendimento do grupo de que o tema já foi suficientemente debatido. Ainda assim, projetando o próximo ano, o porta-voz do movimento acredita que “vai ser um debate bastante profícuo para a cidade”, especialmente pelo potencial de envolver os candidatos ao Legislativo por saberem que o Plano Diretor será votado logo após a eleição.

Atua POA: oportunidade para revisar o processo

Acompanhando o processo de revisão do Plano Diretor desde o início do trâmite, em 2019, o coletivo Atua POA, formado por mais de 80 grupos da sociedade civil, como entidades de classe e movimentos sociais, entende que “a etapa de leitura da cidade não foi finalizada e, antes de proposições, é preciso fazer um diagnóstico da realidade urbana de Porto Alegre com a participação da sociedade”. Quem apresenta essa visão é a arquiteta e urbanista Maria Dalila Bohrer, integrante da Comissão Cidades do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS) e do Atua POA.

Caso sejam seguidos os relatórios apresentados pela consultoria que presta apoio à prefeitura, a lei do Plano Diretor terá um novo modelo espacial, o plano regulador (que define as alturas, por exemplo) será separado

do corpo da lei e será elaborado um código de urbanismo. Isso, porém, “não corresponde à cidade que a gente vê”, pondera Maria Dalila.

Como exemplo, ela cita o alerta feito para o poder público “ver as áreas de ocupação irregular, o que não aconteceu”. O mesmo vale para as alterações na lei que rege o planejamento urbano da cidade feitas especificamente para o Centro e para o 4º Distrito.

Assim, o novo prazo definido pelo governo para enviar a proposta para a Câmara é visto como “uma oportunidade de revisar esse processo, para que a comunidade tenha mais espaço”. Para a representante do Atua POA, mesmo que o texto não seja apreciado antes de outubro, o adiamento da revisão para 2024 “vai ser uma pauta muito forte da eleição”.

ELEIÇÕES 2024

Porto Alegre começa a consolidar cenário eleitoral para 2024

Legendas sinalizam potenciais nomes para a corrida à prefeitura da Capital

Diego Nuñez
diegon@jornaldocomercio.com.br

Porto Alegre inicia o ano de 2024 com o cenário já pré-consolidado para as eleições municipais. Enquanto o prefeito Sebastião Melo (MDB) tem uma base consistente de apoio à reeleição, congregando siglas do centro à direita, os partidos do campo de esquerda buscam unidade para definir uma chapa competitiva a fim de retomar o comando do Paço Municipal após 20 anos. As principais incógnitas estão na eventual candidatura da federação PSDB/Cidadania e na provável aliança entre PDT e PSB.

Para governar novamente a Capital, Melo deve contar com o apoio de pelo menos sete partidos: PL, Pode, PP, PSD, PTB, REP e SD. As siglas já declararam apoio formal, compõem a base aliada na Câmara Municipal ou têm uma tendência interna consistente para acompanhar o prefeito.

Ainda assim, Melo terá adversários no campo da direita. O União Brasil lançou a

pré-candidatura do deputado estadual Thiago Duarte, que tem atuação junto à classe médica porto-alegrense. O Novo também deve ter candidatura própria. O favorito é o deputado estadual Felipe Camozzato, embora a vereadora de Porto Alegre Mari Pimentel também postule a candidatura. O partido só tomará uma decisão em convenção a ser realizada no ano que vem.

A chapa formada por MDB e PSDB, que venceu o governo do RS em 2022 e conquistou a primeira reeleição da história do Estado, não deve repetir a dobradinha. Federados, PSDB e Cidadania analisam as opções para 2024, e a tendência de momento é a apresentação de candidatura própria. Os tucanos estudam o nome da deputada estadual Nadine Anflor, tendo o chefe da Casa Civil do RS, Artur Lemos Júnior, como opção. A deputada federal Any Ortiz é o nome apresentado pelo Cidadania.

Outra chapa majoritária para a Capital pode ser composta por PDT e PSB, que ensaiam repetir a aliança da disputa pela prefeitura em 2020, quando Juliana Brizola (PDT) teve Professora Malu (PSB) como vice. Em 2024, Juliana pode novamente figurar nos debates, enquanto a



Disputa pelo comando do Paço Municipal mobiliza articulações partidárias para a composição de chapas

sigla também estuda o nome do procurador de Justiça Vieira da Cunha, que concorreu ao governo do RS em 2022. O indicado pelo PSB é o vereador Aírto Ferronato.

O PDT chegou a ser citado pelos partidos na esquerda porto-alegrense como um possível aliado em uma teórica frente ampla. Conforme as pré-candidaturas de PT, PSOL e PCdoB foram se consolidando, essa possibilidade passou a ser rechaçada internamente pela legenda.

Assim como em 2020, a esquerda da Capital ensaiou realizar primárias ou prévias para indicar um nome de consenso: uma possibilidade que novamente deve ficar no campo das ideias. Às vésperas do ano eleitoral, os partidos já têm nomes consolidados para compor as

chapas. Ainda não há definição sobre quem deve ser cabeça e quem deve concorrer como vice.

O PT indicou a deputada federal Maria do Rosário, após desistência da deputada estadual Sofia Cavedon (PT). Outro nome apresentado pela federação PT/PCdoB/PV é o da ex-deputada federal Manuela d'Ávila (PCdoB), que foi adversária de Melo no segundo turno em 2020.

O PSOL apresentou uma chapa completa, com a deputada estadual Luciana Genro na cabeça e a servidora pública Tamyres Filgueira como vice. O partido defende a realização de prévias para escolher quem deve liderar o processo eleitoral na chapa conjunta de esquerda, mas não colocou como condicionante. Os partidos devem articular uma

forma para tomar essa decisão.

Hoje, há forte tendência interna de que o PT tenha a cabeça de chapa com Maria do Rosário como candidata a prefeita e Tamyres Filgueira como vice. É uma possibilidade admitida inclusive por lideranças do PSOL.

As escolhas de nomes e principalmente a forma com que as decisões foram tomadas têm gerado críticas de antigos e novos líderes dos partidos envolvidos. Nomes como o ex-governador Tarso Genro (PT, 2011-2014), o jovem deputado estadual Matheus Gomes (PSOL) e Manuela se posicionaram a favor de um processo mais amplo e democrático.

O PSTU lançou a auxiliar de enfermagem Fabiana Sanguiné à prefeitura. Ela já havia sido candidata ao Senado em 2022.

Partidos apresentam nomes de possíveis candidaturas para a prefeitura de Porto Alegre nas próximas eleições



Luciana Genro



Manuela d'Ávila



Maria do Rosário



Fabiana Sanguiné



Nadine Anflor



Artur Lemos



Any Ortiz



Vieira da Cunha



Juliana Brizola



Aírto Ferronato



Sebastião Melo



Thiago Duarte



Felipe Camozzato



Mari Pimentel

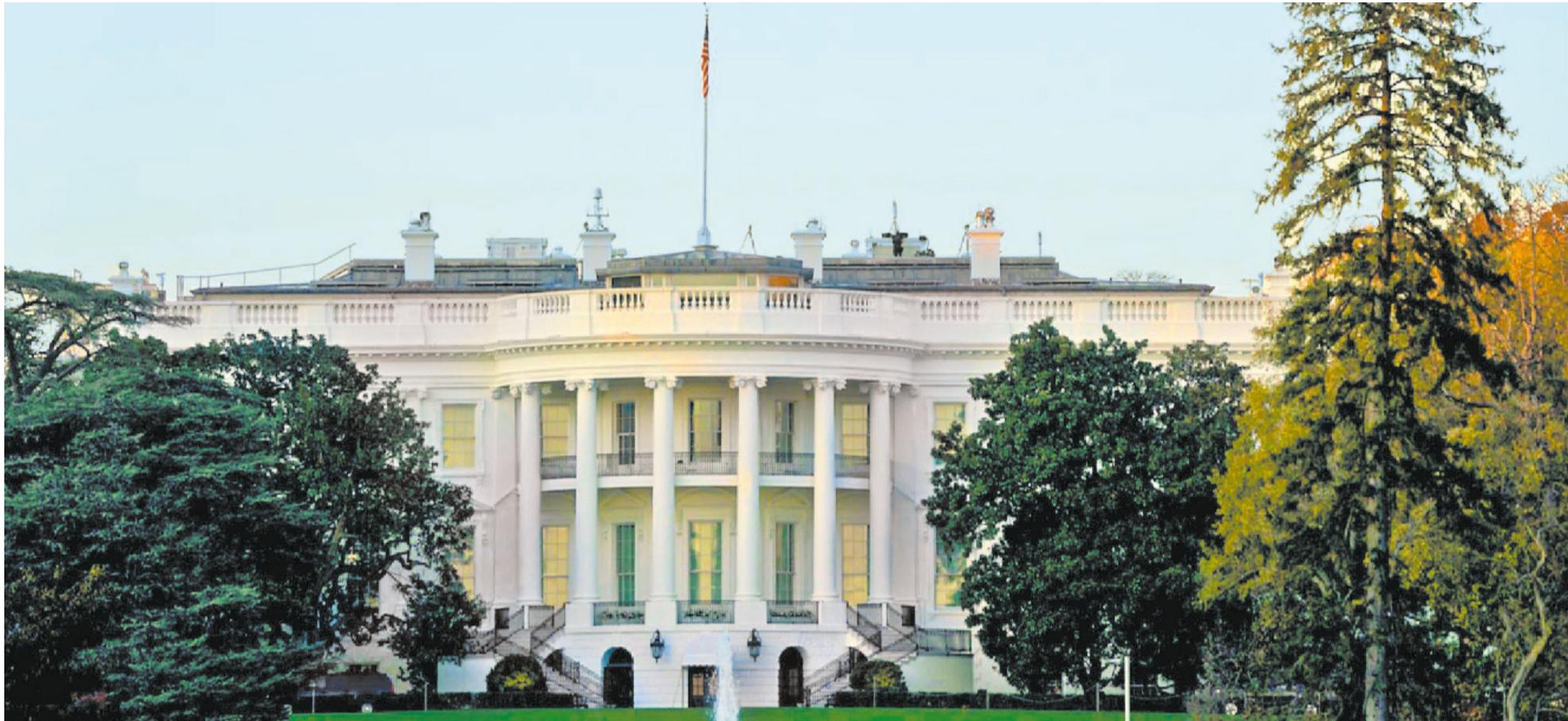


apoio: PP, PTB, Pode, PL, REP, PSD e SD

* PSDB e Cidadania; PT, PCdoB e PV são federações

Biden e Trump devem repetir a disputa pela Casa Branca

ALEX EDELMAN/AFP/IC



Enquanto o democrata Joe Biden tenta mostrar sua força política através do embate com a China, o republicano Donald Trump busca driblar os processos judiciais que arrancam sua imagem

Além das eleições presidenciais, também serão escolhidos os membros do congresso

Mariana Dawas Vieira
marianav@jcrs.com.br

O ano de 2024 terá um momento decisivo no contexto político da maior economia do mundo. As eleições presidenciais dos Estados Unidos da América estão marcadas para o dia 5 de novembro, mas a busca de eleitores na campanha começa meses antes.

O sistema eleitoral estadunidense difere do brasileiro em diversos aspectos: o voto não tem caráter obrigatório, e o sistema é de eleição indireta, ou seja, os

eleitores votam em membros de um colégio eleitoral, que então nomeiam um presidente. Além disso, não são utilizadas urnas eletrônicas, mas cédulas de papel majoritariamente marcadas à mão e, portanto, os resultados definitivos podem demorar semanas.

O sistema dos Estados Unidos admite mais de dois partidos, mas não é comum que outro que não os Democratas e Republicanos protagonizem o debate eleitoral. Durante a primeira metade do ano de eleições, os partidos realizam as chamadas Primárias, uma eleição em todo território nacional entre os membros dos respectivos partidos para eleger o candidato. Neste ano, as apostas dos especialistas é de que a disputa seja entre

os mesmos candidatos das eleições de 2020, com o atual presidente Joe Biden, representando o partido dos Democratas, e o ex-presidente Donald Trump, buscando a reeleição para um segundo mandato não consecutivo, com os Republicanos.

“Embora as eleições ainda estejam se desenhando e seja relativamente cedo para análises mais aprofundadas, a expectativa geral é de que Trump e Biden voltem a se enfrentar como candidatos principais”, diz Luana M. Geiger, doutora em Ciências Políticas e professora de Relações Internacionais na Pucrs.

Biden ganhou as últimas eleições com 306 delegados no colégio eleitoral, contra os 232 republicanos de Trump, com uma vitória apertada, demonstrando

a polarização do país. Desde o início do seu mandato, no entanto, sua popularidade caiu. De acordo com as pesquisas feitas pela Reuters, atualmente Biden possui 53% de desaprovação.

Entre as marcas do governo Biden estão o aumento de apoio à Ucrânia e a Israel, assim como a manutenção de uma política forte de disputa comercial e de embate político com a China - semelhante a do governo anterior. Além disso, Biden também retirou as atividades militares no Afeganistão, cujas investidas militares por parte dos EUA são legado da Guerra ao Terror, desde 2001.

No entanto, apesar do histórico, este marco não pareceu fazer tanto efeito quanto talvez fosse esperado. “Uma das

decisões da política externa mais importantes que ele fez foi a retirada do país do Afeganistão, mas acredito que a maioria dos eleitores tenha se esquecido disso, com outros temas mais relevantes da política internacional”, comenta Andrew Bennett, doutor em Política e professor de Georgetown.

Enquanto isso, o mandato de Trump, entre 2017 e 2020, foi marcado por um discurso político nacionalista intenso, uma gestão controversa da pandemia de coronavírus, e uma ampliação das atividades de defesa nacional. “O governo Trump foi marcado pela crítica às custosas incursões militares e alianças securitárias, que estariam prejudicando o país socioeconomicamente”, comenta Luana.

Popularidade dos candidatos pode influenciar na escolha do eleitor

Ao mesmo tempo, a popularidade de Trump não parece decair, mesmo com os diversos recentes processos judiciais. “Apesar de ter 91 acusações diferentes, isso não parece ter afetado o apoio dos seus eleitores republicanos e dentro do partido. Por isso, ele é a aposta de nomeação. O impacto destas acusações também depende muito do período em que vão proceder. Ele está tentando adiar ou desacelerar ao máximo, pelo menos até após as

primárias, ou talvez para até depois das eleições”, acrescenta Bennett.

No entanto, o especialista comenta que os casos judiciais afetam eleitores independentes, essenciais para o resultado, e acrescenta que é muito provável que o foco dos candidatos e das campanhas sejam em estados que não possuem uma tradição de resultado, o que chamou de estados oscilantes. Locais como Arizona, Wisconsin e Pennsylvania, que já votaram para os dois

lados nas recentes disputas, serão os que realmente irão decidir as eleições.

Nos debates eleitorais dos EUA, tópicos recorrentes incluem as crescentes taxas de desemprego e de inflação, acesso à saúde e aumento da desigualdade. “Os Estados Unidos se encontram em fase de declínio econômico, com décadas de desindustrialização e problemas socioeconômicos que se tornam mais evidentes”, acrescenta a professora.

Política externa pouco influenciará no pleito

Os partidos possuem pouca diferença na forma de lidar com a política externa. As maiores diferenças, talvez, estejam no apoio dado aos países em guerra, como a Ucrânia. O suporte dado à nação foi muito maior no governo Biden, em comparação com o anterior. O modelo de governança dos republicanos tende a ser mais voltado à política interna, portanto a eventual vitória de Trump pode significar uma diminuição geral de atuação dos

EUA, o que não significa que fariam omissos. Além disso, o republicano tem envolvimento em polêmicas internacionais, incluindo o conflito na Ucrânia.

Em relação ao Brasil, não é provável que haja grandes alterações nas relações econômicas existentes. Entretanto, a vitória republicana, representante da direita menos pragmática e mais extrema, pode ter impactos na polarização e na radicalização no Brasil, assim como em outros países.

MÚSICA

Porto Alegre segue na rota dos grandes shows

Bruna Tkatch
brunat@jcrs.com.br

Destino consolidado na rota dos artistas internacionais que visitam o Brasil, Porto Alegre pode se preparar para muita música em 2024. Vários artistas vindos do exterior já confirmaram passagem pela Capital no ano que se inicia, como a banda finlandesa Apocalyptica, que mistura heavy metal com instrumentos de música clássica

e se apresenta no Teatro Bourbon Country em 18 de janeiro. Guitarrista do Guns N Roses, Slash também vem à Capital, ao lado de Myles Kennedy & The Conspirators, na turnê *The River is Rising*, que estará no Pepsi on Stage em 4 de fevereiro.

O Bar Opinião será o espaço escolhido para a apresentação da banda canadense Comeback Kid, no dia 21 de fevereiro, além da dupla ex-Nightwish Tarja Turunen e Marco Hietala, em 9

de março, e do esperado show de The Calling (01/05). O Auditório Araújo Vianna, por sua vez, vai receber a lenda prog inglesa Jethro Tull em 10 de abril. O Emblem3 faz show de pop no Teatro do Ciee em 18 de abril, mesmo mês em que o vocalista do Iron Maiden, Bruce Dickinson, faz no Pepsi on Stage (25/04) um dos primeiros shows da turnê do aguardado novo álbum solo *The Mandrake Project*.

No cenário nacional, o mês de janeiro inicia com a reunião de duas bandas brasileiras no Auditório Araújo Vianna. No dia 11 de janeiro, acontece *É o Tchan 30 anos*, onde Beto Jamaica, Compadre Washington, Sheila Mello, Scheila Carvalho e Jacaré apresentam os maiores sucessos da banda. Uma semana depois, no dia 18, o Planet Hemp apresenta a nova turnê *Jardineiros*, que marca a nova junção dos artistas Marcelo D2, BNegão, Formigão, Pedro Garcia e Nobru. Já a banda brasileira de heavy metal Sepultura, que recentemente anunciou sua turnê de despedida, faz seu provável último show em Porto Alegre no dia 21 de março.

Outros artistas e bandas nacionais também já estão confirmados, como Kula (12/01), Caetano Veloso (1 e 2/03), Bala Desejo (8/03), Ana Cañas (15/03), Roberta Miranda (20/03), Jorge Aragão (23/03), O Terno (5/04), Paula Toller (6/04), Roupas Nova



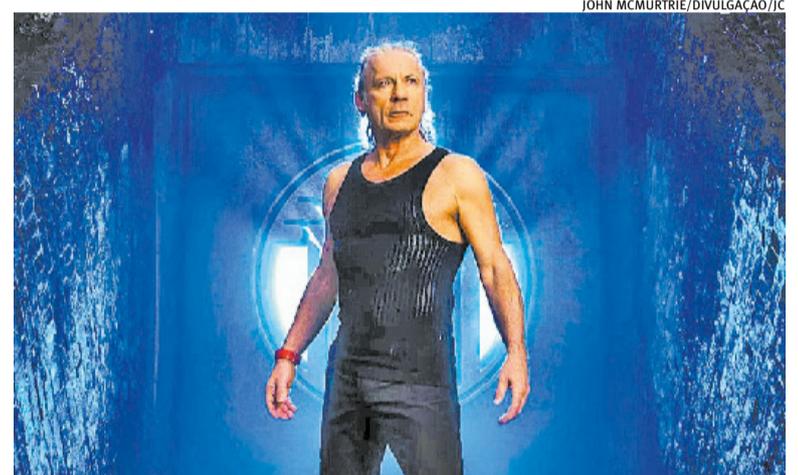
ASSUNTA OPAHLE/DIVULGAÇÃO/JC

Jethro Tull é destaque na agenda de shows internacionais da Capital



AUSTIN NELSON/DIVULGAÇÃO/JC

Slash toca em Porto Alegre com Miles Kennedy & The Conspirators



JOHN MCMURTRIE/DIVULGAÇÃO/JC

Bruce Dickinson trará seu aguardado novo álbum solo ao Pepsi On Stage

(4/05), Só Pra Contrariar - O último encontro (18/05) e Péricles (15/06). No segundo semestre, há a confirmação dos shows de Alceu Valença e Orquestra Ouro

Preto em 18 de agosto, e Alcione em 16 de novembro, ambos no Araújo Vianna, além de Soweto (15/07) e Zeca Pagodinho (31/08).

ARTES VISUAIS

Bienal do Mercosul reunirá obras em um convite ao movimento e à transformação

Adriana Lampert
adriana@jornaldocomercio.com.br

Com o tema *Estalo* e buscando aproximar as pessoas (principalmente aquelas que não têm acesso fácil) das artes visuais, em 2024, a Bienal do Mercosul deverá ter forte apelo popular. Segundo o professor e historiador de arte Raphael Fonseca, curador-chefe da mostra que chega à sua 14ª edição, o olhar de duas curadoras de programas públicos que vivem em Porto Alegre, Anna Mattos e Marina Feldens, viabilizará que parte da programação gire em torno de atividades que atrairão um público diverso com a presença de festas, ações performáticas e oficinas.

“Não devemos esquecer também que as curadoras educativas da Bienal, Andréa Hygino e Michele Ziegt, estarão organizando

seminários, atividades e conversas que são uma espécie de interseção com os programas públicos”, observa. Além dessa programação que será oferecida de forma gratuita, a curadoria do evento de 2024 adianta que está estudando a hipótese de realizar uma seleção de artistas e de obras cujos trabalhos aproximem um público não especializado da Bienal do Mercosul.

“Por mais que não possamos ainda adiantar os nomes dos artistas e suas obras, o título da mostra já entrega alguns de nossos interesses centrais: é um convite para habitar o movimento e a transformação de um estado para outro”, emenda o curador-chefe da Bienal em 2024.

“Um ser vivo age sobre o outro por meio da dança, da matéria sonora, do desenho, da pintura, do vídeo, ou da instalação;

queremos reunir artistas e trabalhos interessados em ‘estalos’ relacionados a seres humanos e mais que humanos”, afirma Fonseca. Segundo ele, algumas das pesquisas presentes na Bienal “trazem algo explosivo”, devido ao seu caráter agitado, brusco e iconófilo, enquanto parte dos artistas já criam visualidades que, “por mais que pareçam mais silenciosas, apenas pelo fato de existirem, já podem ser enxergadas como um estalo.” “Não esqueçamos: há os estalos grandiloquentes e os quase imperceptíveis – do germinar de uma semente à vibração das batidas da *trap music*, esse é um projeto que versa sobre metamorfose.”

Entre os focos da curadoria da mostra do ano que vem está a ideia de levar a exposição para outras partes da cidade, ampliando as atrações para além de

espaços oficiais de artes visuais. “Ainda estamos em um processo de negociação e autorização da ocupação de novos espaços”, comenta Fonseca. “Mas podemos adiantar que nos interessa ter a presença de espaços localizados fora do Centro de Porto Alegre, e que os diferentes públicos residentes da cidade possam ter um acesso livre a proposições no campo das artes visuais que farão parte da Bienal do Mercosul. Também desejamos o trânsito de habitantes de diferentes regiões da cidade entre si.”

Afirmando “não acreditar” que um projeto da escala de uma Bienal de artes visuais deva apontar para uma direção única, o curador-chefe da mostra de 2024 destaca que o evento “certamente” apresentará projetos nas mais diversas linguagens - de artistas que se utilizam

de diferentes imagens geradas por computador a pessoas que trabalham de forma unicamente artesanal. “São essas maneiras de lidar com a noção de criação - aqui lidos como diferentes estalos - que nos interessam”, conceitua.

Fonseca - que também assina a organização da Bienal Sesc Videobrasil em São Paulo, juntamente com outros nomes - irá coordenar, ao todo, uma equipe de sete curadores nacionais e internacionais, que irão selecionar as obras que devem compor a 14ª edição da exposição de artes visuais focada na produção da América Latina. “Torço para que, mais do que ‘surpreender’ o público, que essa reunião de obras e artistas gere interesse e discussão a respeito das artes visuais, das imagens, do mundo e, claro, da vida.”

Brasil espera recorde de medalhas nos Jogos de Paris 2024

País chega para o evento mundial com a expectativa de superar a marca de 21 pódios conquistados em Tóquio 2020

Maria Welter
mariaw@jcrs.com.br

Após o recorde de medalhas obtido em Tóquio 2020, com 21 pódios no total, o Brasil chega aos Jogos Olímpicos de 2024 com a expectativa de superar essa marca. A XXXIII edição olímpica será realizada em Paris entre os dias 26 de julho e 11 de agosto do próximo ano e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) espera um resultado histórico e uma melhor colocação no quadro de medalhas.

O presidente do COB, Paulo Wanderley, afirma que a meta é superar as sete medalhas de ouro, seis de prata e oito de bronze da última edição dos Jogos, mas não precisou um número. Para os feitos, o Brasil deve contar com a maior delegação da história – com exceção da edição disputada em casa, no Rio 2016. O COB informa que pelo menos 320 atletas devem competir na França, superando os 302 de Tóquio 2020.

O Brasil chega a Paris 2024 embalado pelo recorde de pódios conquistados nos Jogos Pan-Americanos de Santiago 2023. O País alcançou 40



Olimpíadas na capital francesa serão disputadas entre os dias 26 de julho e 11 de agosto; Brasil deve levar uma delegação com 320 atletas para Paris

vagas para as Olimpíadas e conquistou 205 medalhas, sendo 66 de ouro, 73 de prata e 66 de bronze, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Campeã olímpica em Tóquio, Rebeca Andrade está entre as favoritas na ginástica artística. A ginasta conquistou quatro medalhas, sendo duas

de ouro, em sua estreia em Pan-Americanos, neste ano. Na competição continental, ela optou por não competir no solo, nem no individual geral, mas está entre as cotadas para medalhas em todos os aparelhos em Paris.

No atletismo, o principal nome é Alison dos Santos,

o Piu, que está classificado para as provas de 400m rasos e 400m com barreiras. A preparação acontece na Flórida, junto com o técnico Felipe Siqueira, já que ele conseguiu um visto de trabalho para treinar nos EUA. Em Tóquio, Piu foi bronze nos 400m com barreiras, com a marca de 46s72.

Outros atletas que devem trazer medalhas para o Brasil são Beatriz Ferreira, no boxe; Hugo Calderano, no tênis de mesa; o conjunto brasileiro da ginástica rítmica; Ana Patrícia e Duda, no vôlei de praia; Guilherme Costa, na natação; e Martine Grae e Kahe-na Kunze, na vela.

Skate e surfe são esperanças de medalhas para o País

Uma das apostas de pódio do Time Brasil é a medalhista de prata em Tóquio e atual campeã da Liga Mundial de skate street, Rayssa Leal. Considerada uma das referências do

esporte com apenas 15 anos de idade, a Fadinha é a mais jovem medalhista olímpica da história - com o segundo lugar conquistado aos 13 anos na estreia do skate em Olimpíadas - e pode

se tornar a a campeã olímpica mais nova do País, aos 16 anos.

Outro esporte que estreou no Japão e caiu no gosto dos expectadores foi o surfe. Três atletas já têm vagas garantidas, Filipe Toledo, João Chianca, o Chumbinho e Tatiana Weston-Webb, por serem os brasileiros melhores ranqueados. Mais um atleta do País pode garantir vaga em Paris, que serão disputadas na praia de Teahupoo, no Taiti. Gabriel Medina, Miguel Pupo e Ítalo Ferreira (o primeiro campeão da modalidade no programa olímpico) podem conquistar a vaga dependendo dos resultados do ISA Games 2024, em Porto Rico e dos critérios que serão definidos pela Confederação Brasileira de Surf (CB-Surf) para a provável terceira vaga.



Rayssa Leal quer repetir a medalha conquistada em Tóquio

Judô carrega o histórico de muitos pódios

No judô, modalidade mais vencedora do Brasil na história dos Jogos, com 24 medalhas no total, os atletas se preparam para conquistar novos pódios em solo francês. A gaúcha Mayra Aguiar, que faturou o primeiro ouro do Brasil na era moderna no Grand

Slam de Tóquio, no início de dezembro, é uma das apostas para a maior competição esportiva do mundo. Mayra é a única brasileira a conquistar três medalhas olímpicas em um esporte individual, com um bronze em Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2020.

Duas novas modalidades estreiam na França

Outra expectativa que ronda Paris 2024 é a estreia de duas novas modalidades. Os esportes que passam a integrar o programa olímpico são o breakdance e a canoagem slalom extremo. O primeiro, também conhecido como breaking, transita entre esporte e arte e tem origem

na cultura hip-hop estadunidense. Já o segundo, que pode ser chamado de caiaque cross, envolve quatro embarcações que disputam quem termina o trajeto antes. Enquanto esses esportes entram, o beisebol, o softbol e o caratê não farão parte da edição francesa.

DUPLA GRENAL

Dupla Grenal equilibra as finanças e sonha com grandes títulos

Inter e Grêmio acreditam estar no caminho certo para retomar conquistas na próxima temporada

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Com um olhar esperançoso, a dupla Grenal dá a largada em 2024 com grandes pretensões. Depois de um ano regado de emoções e ilusões por

títulos, Inter e Grêmio acreditam estar no caminho certo para retomar as grandes conquistas. Com situações financeiras melhores que as da última temporada, a promessa é por mais investimento no mercado de transferências.

O presidente colorado Alessandro Barcellos comemora a reeleição e se mantém à frente do clube no próximo triênio, na expectativa de elevar o patamar do time após três anos equilibrando as finanças. Já Alberto

Guerra, mandatário gremista, espera um Tricolor pronto para a disputa da Libertadores e exalta a receita das grandes competições como trunfo para superar dificuldades nos cofres e investir dentro das quatro linhas.

Alessandro Barcellos vê grupo forte e foca na qualificação com postura ofensiva no mercado

Com a permanência do técnico Eduardo Coudet, o gerente esportivo Magrão e o coordenador das categorias de base Gustavo Grossi se confirmando, o Inter inicia o ano com foco total nas contratações. Com mais dinheiro no caixa, o Colorado mira jogadores importantes para elevar o patamar da equipe e se manter na briga por títulos. Barcellos explica porquê o trabalho em seu primeiro mandato foi direcionado às finanças e como o clube, agora, pode ser protagonista no mercado de transferências.

Barcellos lembra que herdou o clube em meio à pandemia, com a maior dívida da história do Inter - de 2017 a 2020, o déficit saltou de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões. “Mesmo assim, a gente conseguiu, nestes três anos, dois vice-campeonatos Brasileiros e uma semifinal de Libertadores, essa última com o grupo totalmente remodelado. Hoje, temos uma equipe competitiva e forte, que inicia um novo ciclo, já que foi a primeira competição que o grupo completo jogou”, explica.

O mandatário colorado lembra que a atual situação financeira do clube o coloca numa perspectiva diferente para o ano que vem, tendo em vista que o Inter hoje tem recurso. “Fizemos o dever de casa, equilibramos e estancamos a dívida. Temos uma receita extraordinária de R\$ 200 milhões garantida para

dentro dos cofres, o que nos permite investir já em janeiro para que possamos colher os frutos daquilo que plantamos a duras penas neste período”, aponta o cartola.

Com o Campeonato Gaúcho dando a largada na temporada, a direção espera ter o time pronto e entrosado para as primeiras fases da Copa do Brasil e, posteriormente, o Brasileirão e a Sul-Americana. No Estadual, o torcedor tem a ânsia de quebrar a hegemonia rival, que se estende nos últimos seis anos.

O mandatário ressalta que o perfil no mercado será ofensivo, mesmo julgando assertivos os movimentos de ir atrás de jogadores em fim de contrato para evitar a compra do passe dos atletas, que foi a saída encontrada pelo clube para contornar a crise.

“Com a nova realidade financeira, a gente pode fazer aportes para investimento e disputar atletas que estão sendo disputados por outros clubes do mercado. A nova condição nos permite fazer contratações com perfil diferente do que fizemos, com jogadores que chegam para disputar a posição. Vimos em 2023 que não é uma exclusividade do Inter, vários clubes tiveram dificuldade de enfrentar mais de uma competição, tanto que dos quatro primeiros do Brasileiro, três não são equipes que estavam disputando campeonatos paralelos como nós, até o final”, destaca.

Alberto Guerra promete um time competitivo mesmo enfrentando dificuldades no caixa

É fato que o Grêmio tem uma condição financeira melhor em comparação com o início de 2023. Já estabelecido na Série A depois do vice-campeonato e batendo na semifinal da Copa do Brasil, o clube se mostrou competitivo em seu primeiro ano de volta à elite nacional. Com mais receitas, o presidente Alberto Guerra ainda tem suas ressalvas econômicas, mas pretende brigar pelas principais taças, aprimorando a qualidade do elenco.

“Nossa condição financeira atual é melhor do que a de um ano atrás, mas ainda é preocupante. A gente diminuiu o déficit, mas ele ainda existe. É claro que a gente sabe que jogando outras competições, especialmente a Libertadores, vai ter uma fonte de receita maior, que nos permite investir um pouco mais. Além de outras receitas que a gente já vem trabalhando neste ano. Então, teremos poder de fogo um pouco melhor do que há um ano atrás, para poder brigar pela Libertadores”, prevê.

Após a incrível experiência com Luis Suárez, o mandatário tricolor não descarta um negócio similar, com o auxílio de investidores, que dê retorno dentro e fora de campo. “É um modelo que a gente entende que funciona, tanto pro Grêmio quanto para os investidores. Não é qualquer atleta que chega nessa condição, porque tem que ser alguém que já tenha uma certa fama adquirida na carreira. Então é algo que pode ser feito se

chegar ao clube um nome que também seja midiático. Mas, por enquanto, não temos ninguém, ainda”, avisa.

Ao detalhar o modelo, Guerra explica que esse tipo de negócio passa a ser interessante quando o jogador também tem uma força de mídia que pode divulgar os parceiros do clube: “se ele quer vir jogar no Brasil, se quer jogar no Grêmio e atua em uma posição que nos interessa”, a direção segue de olho no mercado.

No campo das finanças, Guerra se mostra empolgado com a Liga do Futebol Brasileiro (Libra), e espera um desfecho positivo da venda dos direitos de transmissão para 2025 o quanto antes, para municiar os cofres do clube. “Estou bastante otimista, porque as empresas tradicionais que comercializam esses direitos precisam adquiri-los no mínimo um ano antes, para poder vendê-los no mercado. Acredito em um desfecho positivo ainda no primeiro trimestre de 2024”.

No entanto, o cartola não demonstra o mesmo otimismo quanto à Liga Unificada - fusão da Libra e da Liga Forte Futebol (LFF). “Essa é uma conversa que deve demorar mais tempo, porque não temos todos os clubes no mesmo grupo. Acho que essa conversa não deve avançar em 2024. Cada bloco está negociando os seus direitos, para depois retomar a negociação da liga, para que possa se encaminhar um desfecho positivo e unir os dois blocos”.



FERNANDA FELTES/JC

Mandatário colorado quer colher os frutos do trabalho executado no primeiro triênio



RENAN JARDIM/GRÊMIO FBPA/JC

Presidente não descarta a vinda de uma nova estrela com o aporte de investidores

FRASES E PROJEÇÕES



“Em 2024, queremos avançar ainda mais na concretização das nossas prioridades com a geração de empregos e renda, com o desenvolvimento do Estado para uma vida melhor à população. Em especial, na educação, dando sequência ao plano robusto de investimento em reformas de infraestrutura, ampliação do Ensino Médio em Tempo Integral e valorização dos servidores. Com as receitas equilibradas, vamos ampliar obras em estradas, qualificar a rede de saúde e repor efetivos na segurança, entre outros planos. Esses investimentos são os verdadeiros fatores de aumento da competitividade do Rio Grande do Sul. Será mais um ano de muito trabalho pelo futuro.”

Eduardo Leite (PSDB), governador do Estado



“Porto Alegre recuperou sua autoestima, e os cidadãos reacenderam o espírito de pertencimento. Temos um grande ano pela frente para seguir honrando os compromissos de concretizar uma cidade melhor, com desenvolvimento social, liberdade econômica e oportunidades a quem trabalha e empreende, além de entregar avanços na infraestrutura. E no âmbito da resiliência, o enfrentamento às crises climáticas será pauta central. Um desafio que está na vida real, para o qual precisamos construir soluções em parceria com os demais entes: Estado e União.”

Sebastião Melo (MDB), prefeito de Porto Alegre



“Entra ano, sai ano, e o desafio do setor público continua sendo o equilíbrio das contas. O governo federal tem a questão do déficit que, pelo arcabouço fiscal, precisa ser zero, enquanto o Estado vive a incerteza sobre o comportamento da receita. Ambos, porém, têm em comum a necessidade de entregar obras. O Estado tem, ainda, o desafio de dar um salto no volume das obras escolares e de efetivar um grande pacto da sociedade em favor da melhoria da qualidade da educação. São temas que nós, na Assembleia, e os parlamentares federais precisamos acompanhar, pois impactam na vida das comunidades lá na ponta.”

Vilmar Zanchin (MDB), presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul



“O ano de 2023 foi um ano de luta, especialmente no que diz respeito à defesa do Estado Democrático de Direito, sobretudo pelos parlamentares da oposição. O próximo ano será de construção, com o avanço de projetos que buscam barrar a hipertrofia de alguns poderes, a exemplo do PL da Anistia aos manifestantes de 8 de janeiro e da PEC do Marco Temporal, de forma a resgatar a segurança jurídica e a defesa do devido processo legal. Vejo com otimismo o avanço dessas pautas e acredito, piamente, na força do Congresso Nacional como representante do povo e dos estados.”

Senador Hamilton Mourão (Republicanos)



“O ano de 2024 exigirá superação. De um lado, descontrole fiscal, contas no vermelho e gastos abusivos. De outro, questões legislativas para reequilibrar o País precisam entrar em pauta. A expectativa é acabar com os superpoderes do Supremo Tribunal Federal, que tem validado as aventuras do Planalto, a exemplo do Marco Temporal. O Brasil precisa de segurança jurídica e de um Congresso atento.”

Senador Luis Carlos Heinze (PP)



“Continuaremos os trabalhos e esforços da Comissão de Direitos Humanos do Senado que presido. Conduziremos audiências públicas sobre questões essenciais para a cidadania e para a vida das pessoas, como os direitos dos vulneráveis, direitos à saúde e à educação, ao emprego, combate ao racismo e discriminações, e a batalha contra a fome, a miséria e a pobreza. O País necessita de progressos legislativos, incluindo a aprovação do Estatuto do Trabalho e a intensificação e o aprimoramento de ações contra o trabalho análogo à escravidão.”

Senador Paulo Paim (PT)



“O ano de 2024 se desenha como um marco de transformação e progresso, com a inteligência artificial permeando todos os setores. Como uma instituição que valoriza a inteligência, o Banrisul está empenhado em buscar inovações que aprimorem a experiência dos nossos clientes. Como banco público, reafirmamos nosso compromisso de impactar positivamente as comunidades onde atuamos.”

Fernando Lemos, presidente do Banrisul



“Será um ano de muitos desafios, em especial por conta das emergências climáticas e todos os impactos que estamos sofrendo em diferentes atividades produtivas. Mas estou otimista em relação ao fortalecimento da economia gaúcha em 2024, pois estamos em meio a um ciclo importante de investimentos públicos e de projetos estratégicos por parte do setor privado.”

Ranolfo Vieira Júnior, vice-presidente e diretor de Operações do BRDE



“Em 2024, é estratégico ampliar investimentos em capacitação, o que refletirá em sustentabilidade financeira e bem-estar para os cooperados. Isso é essencial na caminhada que estamos trilhando, para alcançar a meta de faturamento de R\$ 150 bilhões até 2027. Também é importante explorar a cooperação transversal, para que o sistema cooperativo se fortaleça como um todo, integrado com as comunidades e com pleno cumprimento de sua função econômica e social.”

Darci Hartmann, presidente do Sistema Ocergs



“O Sicredi vem crescendo de forma consistente no Rio Grande do Sul e, hoje, já está presente em 97% dos municípios do Estado, por meio de mais de 660 pontos de atendimento, com um atendimento próximo nas agências e no digital. Para 2024, seguiremos expandindo e apoiando o desenvolvimento econômico e social no Estado.”

Márcio Port, presidente da Central Sicredi Sul-Sudeste



“Será um ano de diferenciação para o Grupo Panvel, mantendo o ritmo forte de expansão e nos fortalecendo como marca empregadora, além de seguirmos crescendo na venda digital, que atingiu patamares históricos em 2023. Temos boas expectativas em relação ao mercado para seguirmos trazendo novidades em beleza, especialmente no desenvolvimento dos produtos de marca própria, nos antecipando sempre às demandas dos nossos clientes.”

Julio Mottin Neto, CEO do Grupo Panvel



“Acreditamos em um 2024 em que a CMPC possa seguir inspirando que pessoas e empresas atuem de forma mais sustentável. Seguimos comprometidos com o desenvolvimento do RS e de Guaíba, que serão beneficiados pelas transformações geradas pelo BioCMPC. Esse projeto nos posiciona como uma das empresas mais sustentáveis do Brasil. Manteremos ações que oportunizem desenvolvimento e geração de renda, a exemplo do RS+Renda, Fundo Valor Local e projeto Favos do Sul.”

Francisco Ruiz-Tagle, CEO da CMPC



“2024 indica um cenário favorável para os negócios, com inflação controlada e redução progressiva da taxa de juros. Também há indicadores mostrando uma melhoria nas condições de emprego e renda, o que deve impactar na retomada do consumo. Com um cenário mais otimista, a Tramontina seguirá investindo e inovando para entregar soluções que excedam às expectativas dos seus consumidores, no Brasil ou nos mercados para onde exportamos.”

Eduardo Scomazzon, presidente do Conselho de Administração da Tramontina



“Em diversos setores, o ano de 2023 representou um período de reorganização e reequilíbrio, reflexos das complexidades pós-pandêmicas. Com o governo federal e estadual agora no segundo ano de atuação e a reforma tributária em progresso, vislumbro um 2024 marcado por investimentos no setor econômico. Entretanto, a atenção deve ser redobrada diante dos possíveis impactos do mercado internacional, influenciados por fatores imprevisíveis como conflitos e o desempenho de economias relevantes.”

Márcio Schuch Silveira, presidente do CRC-RS



"O sentimento que permanece é o de incerteza, pois, além da imprevisibilidade do clima e de um cenário externo desafiador, não sabemos qual será o comprometimento do governo federal com as metas estabelecidas para as contas públicas, bem como ficará a reforma tributária e qual será a intensidade no corte dos juros, que seguem elevados."

Gilberto Porcello Petry,
presidente da Fiergs



"Esperamos que em 2024 possamos concluir de forma coerente e satisfatória muitos dos temas que já vêm sendo tratados nos últimos anos como a tão necessária reforma tributária, sem um aumento de carga, obviamente, e a questão ambiental com o fim dessa demonização que foi criada em relação ao nosso setor. Porque, sim, a agropecuária brasileira é sustentável e nossa produção possui segurança alimentar."

Gedeão Pereira, presidente da Farsul



"Teremos muito trabalho, acompanhando a regulamentação da reforma tributária e tentando evitar que o governo federal nos coloque em uma trajetória de expansão desenfreada de gastos públicos. Esperamos que os nossos parlamentares estejam atentos e que possamos contribuir com o debate destes temas importantes para a economia."

Luiz Carlos Bohn,
presidente da Fecomércio-RS



"A julgar por todas as ameaças que pairam neste momento sobre os setores produtivos, 2024 será um ano desafiador para manter empresas e empregos, com necessidade de grandes mobilizações por um melhor ambiente de negócios."

Rodrigo Sousa Costa,
presidente da Federasul



"Após a desaceleração do consumo em 2023, onde vários setores foram afetados, acredito que o ano de 2024 será bem melhor. Percebemos que a inflação está controlada, o abastecimento de produtos está normalizado, e temos todas as condições para fazer um ano com crescimento, mesmo que ainda moderado."

Irio Piva, presidente da CDL POA



"Nossa expectativa é de que tenhamos em 2024 uma atuação das autoridades governamentais que incentive a atividade produtiva, assegurando a efetiva geração de postos de trabalho e renda para a população brasileira."

Zildo De Marchi,
presidente do Sindiatacadistas



"A possibilidade de aumento de ICMS e as elevações tributárias em curso no âmbito federal deixam claro que 2024 será de dificuldades. Mais impostos é menos dinheiro; e isto é determinante para a queda do consumo e seus efeitos no emprego e desenvolvimento."

Suzana Vellinho Englert,
presidente da ACPA



"Com um nível de competitividade e eficiência muito altos, o setor supermercadista vem oportunizando aos consumidores que potencializem sua renda, já que há uma gama de opções em lojas e em produtos. Entendemos que 2024 será de desafios para as empresas varejistas, e que os supermercados de sucesso serão aqueles que entregarem o que o seu consumidor procura".

Antônio Cesa Longo,
presidente da Agas



"A Unimed do RS conclui este ano o seu planejamento estratégico para ingressar em 2024 com um modelo inédito no País, reunindo as dimensões institucional e mercadológica no Sistema Cooperativo Empresarial Unimed-RS, a fim de manter a liderança no setor da saúde e continuar prestando atendimento de excelência aos 2 milhões de beneficiários."

Presidente da Unimed Federação/RS,
Nilson Luiz May



"Em 2024, o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) manterá a representação e defesa dos médicos, com gestão transparente e sustentável, o que levou ao aumento significativo no número de associados, bem como com sustentabilidade econômica, neste ano."

Marcos Rovinski,
presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers)



"A queda acentuada na inadimplência e as perspectivas otimistas para o emprego e renda apontam para um 2024 promissor. O comércio e serviços lideram as projeções, evidenciando um ambiente propício ao consumo. Os números positivos no comércio gaúcho ao final de 2023, com uma alta de 2%, refletem a resiliência e adaptabilidade do setor diante de desafios econômicos."

Ivonei Pioner, presidente da Federação Varejista do RS



"A construção civil deve fechar 2023 com estabilidade. Para 2024, o crescimento dependerá de condições macroeconômicas favoráveis, com destaque à tão esperada redução da Taxa Selic de forma a favorecer o acesso ao crédito imobiliário; a uma reforma tributária que não implique aumento de impostos; e à continuidade da desoneração da folha de pagamento a 17 atividades."

Claudio Teitelbaum,
presidente do Sinduscon-RS



"O ano de 2023 foi de desaceleração nas vendas de máquinas e implementos agrícolas. A recuperação do setor em 2024 dependerá muito da queda dos juros, mesmo com o avanço tímido da produção agrícola. No entanto, as empresas devem continuar investindo em tecnologia para ampliar sua base de fornecimento. A indústria seguirá com foco em inovação para tornar as tarefas da agricultura mais sustentáveis e produtivas."

Claudio Bier, presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul (Simers)



"Esperamos que definições importantes produzam uma nova fase de crescimento econômico. É necessário reduzir a inflação de modo consistente e dar continuidade à queda da taxa de juros, o que gera crédito mais barato e amplia o consumo. Além disso, devemos manifestar nossa contrariedade a medidas que projetam o aumento de carga tributária e a redução na geração de empregos."

Vítor Augusto Koch,
presidente da FCDL-RS



"O ano de 2023 foi desafiador para o comércio varejista. Restrição de crédito e juros altos, por exemplo, são pontos que dificultaram as vendas e atrapalharam toda uma cadeia de produtividade no País. Já para 2024, estamos esperançosos de que a atual estabilidade econômica dê fôlego aos empresários para empreenderem ainda mais e, assim, o crescimento traga os resultados ao comércio local e nacional."

Arcione Piva, presidente do Sindilojas



"Que em 2024 o CREA-RS seja ainda mais protagonista para acompanhar a excelência dos profissionais da Engenharia, da Agronomia e das Geociências. Estamos empenhados na defesa de nossas atribuições para que a área tecnológica seja cada vez mais reconhecida como ferramenta de transformação e crescimento sustentável!"

Nanci Walter, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (CREA-RS)

VIVA O NATURAL

Uma das maiores bioempresas do Brasil, a CMPC acredita que é possível crescer e evoluir de forma sustentável, respeitando a natureza.

Esse posicionamento é reforçado no nosso novo conceito e se reflete em números que nos enchem de orgulho.

18% de aumento

na produção de celulose após o BioCMPC

Oportunidade

de negócio para produtores com RS+Renda

45 mil empregos

gerados de forma induzida no RS

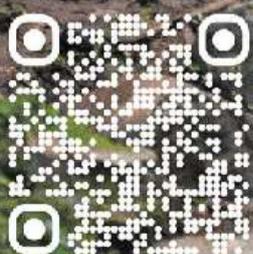
100 mil

viagens de caminhão evitadas por ano com o uso de transporte fluvial

R\$ 18,5 milhões

em produtos gerados do tratamento de resíduos

Pense no futuro que quer. Haja com mais consciência.



Aponte a câmera do seu celular e assista ao nosso filme.

Acompanhe nossas redes sociais: /CMPCBrasil

Saiba mais em www.cmpcbrasil.com.br

